

Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Renosa Participações S.A.

31 de dezembro de 2023
com Relatório do Auditor Independente

Renosa Participações S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2023

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas.....	1
Demonstrações contábeis individuais e consolidadas	
Balancos patrimoniais individuais e consolidados.....	4
Demonstrações dos resultados individuais e consolidadas.....	6
Demonstrações dos resultados abrangentes individuais e consolidadas	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas.....	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas	10



Centro Empresarial Iguatemi
Av. Washington Soares, 55
5º andar - sala 506 a 509 - Bairro Cocó
60811-341 - Fortaleza - CE - Brasil
Tel: +55 85 3392-5600
Fax: +55 85 3392-5659
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos
Administradores e Acionistas da
Renosa Participações S.A.
Cuiabá - MT

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Renosa Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 01 de abril de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F



Carlos Santos Mota Filho
Contador CRC PE-020728/O

Renosa Participações S.A.

Balanços patrimoniais individuais e consolidados
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	5.710	5.538	824.518	914.151
Aplicações financeiras	6	134	121	5.835	2.131
Contas a receber de clientes	7	-	-	801.532	625.592
Estoques	8	-	-	743.609	685.748
Impostos a recuperar	9	1.477	2.283	262.356	602.973
Partes relacionadas	10	-	-	232	1.955
Instrumento financeiro derivativo	21	-	-	25.119	37.127
Dividendos a receber		-	35.486	-	-
Outros ativos		-	-	89.259	76.552
Total do ativo circulante		7.321	43.428	2.752.460	2.946.229
Ativo não circulante					
Aplicações financeiras	6	-	-	16.952	12.396
Conta vinculada	11	-	-	15.878	30.200
Depósitos judiciais	24	-	-	263.431	235.636
Impostos a recuperar	9	1.110	-	383.598	355.672
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25	-	-	53.530	62.514
Outros ativos		-	-	8.077	8.051
Instrumentos financeiros derivativos	21	-	-	32.492	-
Investimentos	12	3.940.370	4.278.970	164.221	142.240
Imobilizado	13	6	7	3.297.960	3.079.867
Direito de uso	14	-	-	167.996	99.819
Intangível	15	-	-	5.162.005	5.203.655
Total do ativo não circulante		3.941.486	4.278.977	9.566.140	9.230.050
Total do ativo		3.948.807	4.322.405	12.318.600	12.176.279

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Passivo e patrimônio líquido					
Passivo circulante					
Fornecedores	16	-	-	1.519.984	1.129.531
Fornecedores - risco sacado	17	-	-	268.142	-
Empréstimos e financiamentos	18	-	-	54.878	412.106
Debêntures	19	-	-	27.708	55.481
Passivo de arrendamento	14	-	-	47.906	30.508
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	20	-	-	265.697	227.746
Obrigações tributárias	9	4	16	268.685	263.013
Tributos parcelados		-	-	1.487	1.315
Instrumentos financeiros derivativos	21	-	-	36.102	29.313
Subvenções governamentais	22	-	-	5.224	13.896
Partes relacionadas	10	-	-	40.898	80.430
Dividendos propostos	26	122.067	85.033	122.983	166.551
Outros passivos		-	-	31.418	32.787
Ações preferenciais resgatáveis	23	35.875	76.699	35.875	76.699
Total do passivo circulante		157.946	161.748	2.726.987	2.519.376
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	18	-	-	1.172.167	639.794
Debêntures	19	-	-	-	27.695
Passivo de arrendamento	14	-	-	129.730	75.000
Tributos parcelados		-	-	6.289	7.832
Subvenções governamentais	22	-	-	4.698	10.170
Obrigações com antigos acionistas	11	-	-	15.878	30.200
Provisão para contingências	24	-	-	401.592	361.612
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25	-	-	583.376	608.728
Outros passivos		-	-	1.075	4.484
Ações preferenciais resgatáveis	23	135.000	315.000	135.000	315.000
Total do passivo não circulante		135.000	315.000	2.449.805	2.080.515
Patrimônio líquido					
Capital social		533.671	533.671	533.671	533.671
Reserva de capital		250.461	250.461	250.461	250.461
Reserva de lucros		1.927.722	2.101.869	1.927.722	2.101.869
Outros resultados abrangentes		944.007	959.656	944.007	959.656
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia		3.655.861	3.845.657	3.655.861	3.845.657
Participação dos acionistas não controladores		-	-	3.485.947	3.730.731
Total do patrimônio líquido		3.655.861	3.845.657	7.141.808	7.576.388
Total do passivo e patrimônio líquido		3.948.807	4.322.405	12.318.600	12.176.279

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Renosa Participações S.A.

Demonstrações dos resultados individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	27	-	-	9.656.843	8.138.787
Custo de produtos vendidos	28	-	-	(5.896.615)	(5.130.681)
Lucro bruto		-	-	3.760.228	3.008.106
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	29	(1.061)	(625)	(593.547)	(627.593)
Despesas com vendas	30	-	-	(1.870.410)	(1.472.558)
Outras receitas operacionais, líquidas	31	-	-	74.114	102.123
Lucro operacional Antes da Equivalência Patrimonial		(1.061)	(625)	1.370.385	1.010.078
Resultado de equivalência patrimonial	12	528.243	384.457	22.014	10.245
Lucro operacional Antes Resultado Financeiro		527.182	383.832	1.392.399	1.020.323
Resultado financeiro líquido	32	(38.915)	(43.690)	(318.953)	(308.527)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		488.267	340.142	1.073.446	711.796
Corrente	25	-	(11)	(118.660)	(120.872)
Diferido	25	-	-	1.147	91.349
		-	(11)	(117.513)	(29.523)
Lucro líquido do exercício		488.267	340.131	955.933	682.273
Atribuível aos acionistas não controladores		-	-	(467.666)	(342.142)
Lucro do exercício atribuído aos acionistas da controladora		488.267	340.131	488.267	340.131
Quantidade de ações no final do exercício - em milhares		396.244	396.244		
Lucro líquido por lote de mil ações - em reais		1,23	0,86		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Renosa Participações S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	488.267	340.131	955.933	682.273
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	-	-	(29.369)	1.846
Outros resultados abrangentes	(15.649)	947.824	(33)	2.377.220
	(15.649)	947.824	(29.402)	2.379.066
Resultado abrangente total do exercício	472.618	1.287.955	926.531	3.061.339
Atribuível a:				
Acionistas controladores	-	-	458.865	1.773.384
Acionistas não controladores	-	-	467.666	1.287.955
Resultado abrangente total do exercício	472.618	1.287.955	926.531	3.061.339

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Renosa Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	Atribuível aos acionistas da controladora							Participação de não controladores	Total	
	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Retenção de Lucros	Reserva de Lucros a Realizar	Lucros acumulados	Outros Resultados Abrangentes			
Em 31 de dezembro de 2021	533.671	250.461	106.734	450.139	1.350.915	-	11.832	2.703.752	2.150.402	4.854.154
Dividendos adicionais aprovados sobre os resultados de 2021	-	-	-	(61.017)	-	-	-	(61.017)	(111.537)	(172.554)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	(5.252)	(5.252)	7.098	1.846
Ganho na diluição da participação - Nota 1	-	-	-	-	-	-	953.076	953.076	1.424.144	2.377.220
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	340.131	-	340.131	342.142	682.273
Destinação do lucro líquido:										
Dividendos mínimos propostos	-	-	-	-	-	(85.033)	-	(85.033)	(81.518)	(166.551)
Constituição de reservas	-	-	-	37.812	217.286	(255.098)	-	-	-	-
Em 31 de Dezembro de 2022	533.671	250.461	106.734	426.934	1.568.201	-	959.656	3.845.657	3.730.731	7.576.388
Dividendos adicionais aprovados sobre os resultados de 2022	-	-	-	(426.934)	(113.413)	-	-	(540.347)	(442.073)	(982.420)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	(15.649)	(15.649)	(13,753)	(29.402)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	488.267	-	488.267	467.666	955.933
Destinação do lucro líquido:										
Dividendos mínimos propostos	-	-	-	-	-	(122.067)	-	(122.067)	(916)	(122.983)
Constituição da reserva de lucro	-	-	-	366.200	-	(366.200)	-	-	-	-
Dividendos intercalares	-	-	-	-	-	-	-	-	(255.708)	(255.708)
Em 31 de Dezembro de 2023	533.671	250.461	106.734	366.200	1.454.788	-	944.007	3.655.861	3.485.947	7.141.808

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	488.267	340.131	955.933	682.273
Ajustes para reconciliar o lucro líquido				
Depreciação e amortização	1	-	569.854	463.538
Resultado de equivalência patrimonial	(528.243)	(384.457)	(22.553)	(1.637)
Reversão da provisão para perdas sobre investimentos	-	-	539	(8.608)
Valor residual de baixas do imobilizado	-	-	19.642	25.296
Constituição de provisão para contingências	-	-	42.668	33.065
Provisão para perdas de imobilizado	-	-	(6.728)	(8.447)
Provisão para perdas de estoque	-	-	(24.110)	(12.296)
Provisão para remuneração pessoal	-	-	73.974	75.301
Ajuste a valor presente/PCLD/descontos grandes redes	-	-	3.028	(2.528)
Juros e rendimentos, líquidos	-	-	71.121	(194)
Variações monetárias	(118)	(187)	61.335	123.243
Juros sobre ações preferenciais resgatáveis	39.908	44.362	39.908	44.362
Variações cambiais	-	-	-	47.867
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	(1.147)	(91.349)
	(185)	(151)	1.783.464	1.369.886
Decréscimo (acrécimo) de ativos				
Contas a receber	-	-	(178.340)	(187.445)
Partes relacionadas	-	-	(37.809)	86.653
Estoques	-	-	(43.772)	(90.340)
Depósitos judiciais	-	-	(14.617)	(23.876)
Outros ativos	-	-	(12.736)	(4.182)
Acrécimo (decrécimo) de passivos				
Fornecedores	-	-	335.888	113.470
Fornecedores - risco sacado	-	-	272.445	-
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	-	-	(36.023)	(40.803)
Obrigações tributárias líquido dos impostos a recuperar	(196)	-	463.678	542.240
Amortização de tributos parcelados	-	6	(1.371)	(1.083)
Provisão para contingências	-	-	(47.360)	(46.880)
Outros passivos	-	(60)	(4.783)	(3.668)
Caixa gerado pelas (usado nas) atividades operacionais	(381)	(205)	2.478.664	1.713.972
Pagamento de juros sobre empréstimos, APRs, debêntures e arrendamento	(58.232)	(27.559)	(128.915)	(169.886)
Impostos de renda e contribuições social pagos	-	-	(130.087)	(67.806)
Caixa líquido gerado pelas (usado nas) atividades operacionais	(58.613)	(27.764)	2.219.662	1.476.280
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aplicações financeiras	(14)	(12)	(6.470)	39.260
Recebimento de dividendos	886.679	171.671	-	-
Aquisições de imobilizado	-	(7)	(600.451)	(643.902)
Aquisições de intangível	-	-	(37.362)	(29.066)
Caixa líquido de combinação negócio	-	-	-	48.580
Caixa líquido gerado pelas (usado nas) atividades de investimento	886.665	171.652	(644.283)	(585.128)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captações de empréstimos e financiamentos	-	-	876.591	1.753.266
Captações de subvenções governamentais	-	-	808	1.145
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	-	-	(768.903)	(1.890.281)
Amortização de principal de subvenções governamentais	-	-	(13.973)	(14.581)
Ações preferenciais resgatáveis	(202.500)	(45.000)	(202.500)	(45.000)
Liquidação de instrumentos financeiros derivativos	-	-	(49.171)	(16.185)
Amortização de principal de debêntures	-	-	(55.500)	(55.550)
Amortização de principal de passivo de arrendamento	-	-	(47.687)	(210.114)
Pagamento de dividendos	(625.380)	(97.701)	(1.404.677)	(32.178)
Caixa líquido gerado pelas (usado nas) atividades de financiamento	(827.880)	(142.701)	(1.665.012)	(509.478)
Acrécimo (decrécimo) no caixa e equivalentes a caixa	172	1.187	(89.633)	381.674
Demonstração do acréscimo (decrécimo) no caixa e equivalentes a caixa				
No início do exercício	5.538	4.351	914.151	532.477
No final do exercício	5.710	5.538	824.518	914.151
Acrécimo (decrécimo) no caixa e equivalentes a caixa	172	1.187	(89.633)	381.674

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Renosa Participações S.A. (“Companhia” e “Controladora”) foi constituída em 11 de agosto de 2009, tendo como atividade preponderante a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, como sócia ou acionista.

A Companhia participa como controladora das seguintes entidades:

- (i) A Solar.BR Participações Ltda. (“Solar.BR”) uma organização empresarial limitada que possui 32,86% de participação na Solar Bebidas S.A.. Nesta Empresa, a Companhia possui uma participação de 100%.
- (ii) Solar Bebidas S.A. (“Solar Bebidas”) uma organização de sociedade anônima que controlada toda a operação de bebidas das empresas operacionais, onde a Companhia possui uma participação direta de 20,36%.

Desta forma, a Renosa mantém o controle com 53,22 % das ações da Solar Bebidas.

A Solar Bebidas S.A. (“Companhia”) é o segundo maior fabricante da Coca-Cola no Brasil e um dos 15 maiores fabricantes do Sistema Coca-Cola no mundo. Está entre as dez maiores empresas do Nordeste e uma das maiores empresas de bens de consumo do país.

Com capacidade para produzir mais de três bilhões de litros de bebida/ano para atender a mais de 383 mil pontos de venda, possui mais de 18 mil colaboradores distribuídos por 12 fábricas e 53 centros de distribuição nos 18 Estados de atuação.

Área de atuação



A Solar Bebidas S.A. é a controladora direta da Norsa Refrigerantes S.A. (“Norsa”) e Refrescos Guararapes Ltda. (“Regua”).

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas--Continuação

Em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

A Norsa é uma sociedade anônima de capital fechado que tem como investidas a Solar Energia Ltda. e a Tocantins Refrigerantes Ltda. ("Tocref" - empresa não operacional), sendo que essa possui investimentos na ContaXIP Holding Financeira Ltda. ("ContaXIP"), (Holding controladora da Solarpay Instituição de Pagamentos S.A. ("SolarPay")). A Norsa possui ainda investimento na 4H (Holding investidora das operacionais Brasil Norte Bebidas ("BNB"), Companhia Paraense de Refrigerantes ("Compar") e Benevides Águas ("Benevides"), controlada indireta da Solar Bebidas S.A. O objetivo social principal da Norsa é a industrialização e comercialização de bebidas, notadamente de refrigerantes e produtos conexos atuando nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Piauí, Pernambuco, Bahia, Alagoas e Mato Grosso.

A Norsa possui participação avaliada pelo método de equivalência patrimonial na Crystal Águas do Nordeste Ltda., UBI3 Participações Ltda., Leão Alimentos e Bebidas Ltda. e Trop Frutas do Brasil Ltda.

A Regua é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada cujo objetivo social é a industrialização e comercialização de bebidas, notadamente de refrigerantes e produtos conexos e atua nos estados de Paraíba, Sergipe e Maranhão. A Regua possui ainda investimentos na 4H (Holding investidora das operacionais BNB, Compar e Benevides).

A BNB é uma sociedade anônima de capital fechado que tem como objeto social a industrialização e comercialização de bebidas, notadamente de refrigerantes e produtos conexos e atua no estado do Amazonas.

A Compar é uma sociedade por ações de capital fechado que tem como objeto social a industrialização e comercialização de bebidas, notadamente de refrigerantes e produtos conexos e atua nos estados do Pará, Rondônia e Acre. Além disso, possui participação avaliada pelo método de equivalência patrimonial na UBI3 Participações Ltda., Leão Alimentos e Bebidas Ltda. e Trop Frutas do Brasil Ltda.

A Benevides é uma sociedade por ações de capital fechado que tem como objeto social a industrialização e comercialização da água mineral "Belágua" e atua nos estados do Pará e Amapá. Adicionalmente, também operacionaliza a comercialização de bebidas, notadamente de refrigerantes e produtos conexos nos estados do Pará, Amapá e Roraima.

Principais eventos até 31 de dezembro de 2023

Impactos frente à invasão da Ucrânia pela Rússia

Em 24 de fevereiro de 2022, a Rússia iniciou uma invasão militar na Ucrânia, marcando uma escalada acentuada do conflito existente entre esses países. A invasão recebeu ampla condenação da comunidade internacional, incluindo sanções impostas com o objetivo de paralisar a economia russa.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

Principais eventos até 31 de dezembro de 2023--Continuação

Impactos frente à invasão da Ucrânia pela Rússia--Continuação

Como resultado da invasão, os preços do petróleo apresentaram uma alta expressiva, encerrando o trimestre findo em 31 de dezembro de 2023 cotados de US\$ 77, o barril. O mesmo ocorreu com o gás natural, produto do qual a Rússia é a maior produtora global, cujo BTU (British Thermal Unit), a medida mundial, chegou a US\$ 14. Adicionalmente, houve uma flutuação cambial com queda de 8% na média anual.

A inflação mundial, em função dos efeitos da guerra sobre a cadeia de suprimentos, também apresentou pressão de alta. A inflação ocasionou aumento da taxa de juros, crescimento nos custos dos insumos utilizados pelas controladas da Companhia e redução do poder econômico da população. Todos esses efeitos estão sendo monitorados pela Companhia e suas controladas e foram considerados no momento da revisão das estimativas contábeis e avaliação do valor justo dos instrumentos financeiros nas suas informações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Novas parcerias

Nos últimos anos, a Companhia fechou parcerias comerciais com o objetivo de ampliar os horizontes do negócio e, principalmente, oferecer mais possibilidades para o público consumidor. Seguindo firme nessa jornada, a área de Alcoólicos e Novos Negócios anunciou um projeto piloto com a DIAGEO Brasil Ltda ("DIAGEO"), empresa líder em destilados no mundo, que foi colocada em prática a partir de junho de 2023. Seus principais produtos são os uísques Johnnie Walker, Old Par, White Horse e Black & White, a vodca Smirnoff, o licor Baileys, os gins Tanqueray e Gordon's e a cachaça Ypióca. Não há investimentos nessas Companhias.

Impactos frente à guerra entre Israel e Palestina

Em 8 de outubro de 2023, Israel declarou oficialmente estado de guerra contra a Palestina, um conflito histórico ocasionado, principalmente, por questões territoriais e religiosas.

Em decorrência deste cenário, analisando os efeitos macroeconômicos, o custo dos combustíveis pode apresentar alta em todo o mundo, considerando o forte poder produtivo da região do Oriente Médio, área em que os conflitos estão ocorrendo. Adicionalmente, esta Guerra pode afetar o comércio internacional, especialmente se a escalada da violência ou a interrupção da infraestrutura de transporte prejudicar as cadeias de abastecimento. Dessa forma, a incerteza geopolítica pode causar volatilidade nos mercados financeiros, afetando investidores e economias globais.

Todos esses efeitos estão sendo monitorados pela Companhia e suas controladas e foram considerados no momento da revisão das estimativas contábeis e avaliação do valor justo dos instrumentos financeiros nas suas informações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

3ª Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Norsa Refrigerantes S.A.

Em 01 de novembro de 2023, a Norsa Refrigerantes S.A. ("Norsa") realizou a sua 3ª emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRA") de acordo com o "Termo de Securitização do Agronegócio da 182ª (centésima octogésima segunda) emissão, sendo que o valor total da emissão foi de R\$536.542.

A Norsa cedeu as debêntures para a Virgo, empresa responsável pelo processo de securitização, que emitiu quatro séries de CRAs lastreadas em Debêntures. Os certificados foram emitidos nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 160. A própria Companhia constituiu fiança fidejussória para o pagamento das obrigações da Debênture.

Semestralmente, a Norsa efetua o pagamento de juros à Virgo que por sua vez repassa aos investidores do CRA.

No âmbito da emissão do CRA, os recursos líquidos captados pela Norsa por meio da emissão das Debêntures são destinados integral e exclusivamente para o pagamento de obrigações contratuais oriundas da aquisição de açúcar comercializado por qualquer um dos produtores rurais previstos na escritura de emissão das Debêntures nos termos do parágrafo 1º do artigo 23 da Lei nº 11.706 e não houve desvios entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação indicadas no termo de securitização.

Por fim, destaca-se que o "Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples Não Conversíveis em Ações da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Fidejussória em até 4 (Quatro) Séries para Colocação Privada da Norsa Refrigerantes S.A." foi celebrado em 01 de novembro de 2023.

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas

Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor, geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos, exceto para determinados ativos e passivos financeiros que são mensurados pelo valor justo. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perdas esperadas com contas a receber, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que elas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas--Continuação

Declaração de conformidade e base de preparação--Continuação

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando normalmente e está convencida de que ele possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia e de suas controladas não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas em relação à sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia aprovou a emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 01 de abril de 2024.

3. Políticas contábeis

a) Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2023. As demonstrações contábeis consolidadas incluem as controladas diretas Norsa, Regua e as controladas indiretas 4H Participações S.A. (holding investidora das operacionais BNB, COMPAR e Benevides), Tocref e Solar Energia, a controlada indireta SolarPay e as controladas indiretas BNB, Compar e Benevides a partir de 26 de janeiro de 2022.

O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base no seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

a) Base de consolidação--Continuação

Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
- A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulte em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto;
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e
- Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto da Companhia (investidor).

A Companhia e suas controladas avaliam se exercem controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. O ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas Demonstrações Contábeis consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam sendo consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. As demonstrações contábeis das controladas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, são eliminados por completo.

Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada é efetuada. A baixa é efetuada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido. Nas demonstrações contábeis individuais, os investimentos da Companhia e suas controladas são contabilizados com base no método de equivalência patrimonial.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

b) Investimentos

Investimento em coligadas

Os investimentos da Companhia e de suas controladas são contabilizados com base no método de equivalência patrimonial.

O ágio relacionado às coligadas é incluído no valor contábil do investimento e não é amortizado. Já que o ágio é fundamentado em rentabilidade futura (*goodwill*), o valor contábil do investimento nas coligadas é integrado e não é reconhecido separadamente; portanto, ele não é testado separadamente em relação ao seu valor recuperável.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das investidas. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia e suas coligadas são eliminados de acordo com a participação mantida nas coligadas quando for aplicável.

A participação societária nas coligadas é demonstrada na Nota 1.

As demonstrações contábeis das coligadas são elaboradas no mesmo exercício de divulgação que a Companhia. Quando necessário, ajustes são efetuados para que as políticas contábeis estejam de acordo com aquelas adotadas pela Companhia. Após a aplicação do método de equivalência patrimonial, a Companhia e suas controladas determinam se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em suas coligadas.

Em cada data de fechamento do balanço patrimonial, a Companhia e suas controladas determinam se há evidência objetiva de que o investimento nas coligadas sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia e suas controladas calculam o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

Investimento em “joint ventures”

“*Joint venture*” é um negócio em conjunto por meio do qual as partes que tenham controle conjunto sobre o acordo têm direitos aos ativos líquidos da “*joint venture*”. Controle conjunto é o compartilhamento de um controle estabelecido em contrato, existente apenas quando as decisões sobre as atividades pertinentes exigirem o consentimento unânime das partes que estiverem o compartilharem.

A análise efetuada na apuração de influência significativa ou controle conjunto é semelhante à análise necessária para determinar o controle em relação a uma controlada.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

b) Investimentos--Continuação

Investimento em "joint ventures"--Continuação

Os investimentos da Companhia e de suas controladas em suas "joint ventures" são contabilizados com base no método de equivalência patrimonial e as operações não são consolidadas.

Com base no método de equivalência patrimonial, o investimento em uma coligada ou "joint venture" é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para reconhecer as variações na participação da Companhia e de suas controladas no patrimônio líquido da coligada ou da "joint venture" a partir da data de aquisição. O ágio relativo à coligada ou "joint venture" é incluído no valor contábil do investimento, não sendo, no entanto, amortizado nem testado separadamente para fins de redução no valor recuperável dos ativos.

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia e de suas controladas nos resultados operacionais da coligada ou "joint venture". A eventual variação em outros resultados abrangentes das investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Companhia e de suas controladas. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio líquido da coligada ou na "joint venture", a Companhia e suas controladas reconhecerão sua participação em quaisquer variações (quando aplicável) na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e a coligada ou "joint venture" são eliminados em proporção à participação na coligada ou "joint venture".

A soma da participação da Companhia e suas controladas nos resultados de uma coligada ou "joint venture" apresentada na demonstração do resultado representa o resultado após os tributos e as participações na coligada ou "joint venture".

As Demonstrações Contábeis da coligada ou "joint venture" são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que as da Companhia e de suas controladas. Após a aplicação do método de equivalência patrimonial, a Companhia e suas controladas determinam se é necessário reconhecer perda adicional sobre o valor recuperável do investimento da Companhia e de suas controladas em sua coligada ou "joint venture".

Ao perder influência significativa sobre a coligada ou controle conjunto sobre a "joint venture", a Companhia e suas controladas mensuram e reconhecem qualquer investimento retido ao valor justo. No momento da perda de influência significativa, a eventual diferença entre o valor contábil da coligada ou "joint venture" e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação são reconhecidos no resultado.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas--Continuação

Em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

c) Conversão de moeda estrangeira

As Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Os valores foram arredondados para o milhar mais próximo em todas as informações financeiras apresentadas em reais, exceto quando indicado de outra forma.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas utilizando a taxa de câmbio vigente na data da respectiva transação. Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço patrimonial. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas.

d) Classificação corrente versus não corrente

A Companhia e suas controladas apresentam ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante.

Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa) a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia e suas controladas classificam todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas--Continuação

Em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

e) Mensuração do valor justo

A Companhia e suas controladas mensuram instrumentos financeiros (como, por exemplo, derivativos) ao valor justo em cada data de reporte. O valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo, e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia e suas controladas.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

A Companhia e suas controladas utilizam técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas--Continuação

Em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

e) Mensuração do valor justo--Continuação

Para ativos e passivos reconhecidos nas Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas ao valor justo de forma recorrente, a Companhia e suas controladas determinam se houve transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

A Companhia e suas controladas determinam as políticas e os procedimentos para mensuração do valor justo e ativos financeiros não cotados.

Em cada data de reporte, a Companhia e suas controladas analisam as movimentações nos valores dos ativos e passivos que devem ser mensurados ou reavaliados de acordo com as políticas contábeis da Companhia e de suas controladas.

Para fins dessa análise, a Companhia e suas controladas confirmam as principais informações utilizadas na última avaliação confrontando as informações constantes no cálculo da avaliação com os contratos e demais documentos relevantes.

A Companhia e suas controladas, em conjunto com os avaliadores externos, também comparam cada movimentação no valor justo de cada ativo e passivo com as respectivas fontes externas com o objetivo de determinar se a movimentação é aceitável.

As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas explicativas.

Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia e suas controladas determinaram classes de ativos e passivos com base na natureza, nas características e nos riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme explicado acima. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas explicativas.

f) Receita de contrato com cliente

A NBC TG 47 - Receita de Contrato com Cliente, equivalente ao IFRS 15, estabelece um modelo que evidencia se os critérios para a contabilização foram satisfeitos observando as seguintes etapas: (i) a identificação do contrato com o cliente; (ii) a identificação das obrigações de desempenho; (iii) a determinação do preço da transação; (iv) a alocação do preço da transação; e (v) o reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas--Continuação

Em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

f) Receita de contrato com cliente--Continuação

Considerando esses aspectos, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa da Companhia e de suas controladas receberem pela contrapartida dos produtos oferecidos aos clientes. A receita bruta é apresentada deduzindo os tributos, abatimentos, descontos e devoluções. A Companhia e suas controladas avaliam as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos a seguir devem também ser satisfeitos antes do reconhecimento de receita:

Venda de produtos e mercadorias

A receita de venda de produtos é reconhecida quando a obrigação de desempenho for satisfeita, ou seja, quando houver a transferência física dos produtos vendidos e o cliente obtiver o controle desses bens, o que geralmente ocorre no momento da entrega dos produtos.

A Companhia e suas controladas consideram se há outras promessas no contrato com cliente que são obrigações de desempenho distintas, às quais uma parcela do preço da transação precisaria ser alocada (exemplos dessas obrigações de desempenho distintas seriam garantias, pontos de fidelização do cliente, entre outras, as quais não se aplicam ao modelo de negócios da Companhia e de suas controladas). Ao determinar o preço de transação para a venda de produtos a Companhia e suas controladas consideram, quando aplicável, os efeitos da contraprestação variável, a existência de componentes de financiamento significativos, a contraprestação não monetária e a contraprestação devida ao cliente.

Contraprestação variável

Acréscimos e penalidades por atraso

A Companhia e suas controladas cobram acréscimos e penalidades de seus clientes por atrasos na liquidação do valor a receber sobre as vendas. Devido ao grau de incerteza no recebimento desses montantes (contraprestação variável), a Companhia e suas controladas reconhecem as receitas de acréscimos e penalidades por atraso apenas no momento do recebimento efetivo de tais valores.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

f) Receita de contrato com cliente--Continuação

Contraprestação variável--Continuação

Descontos por volume e pontualidade no pagamento

A Companhia e suas controladas oferecem descontos por pontualidade no pagamento e por volume de forma retrospectiva para determinados clientes quando a quantidade de produtos adquiridos durante o período excede um limite especificado em contrato. Os descontos são compensados com valores a pagar pelo cliente. Para estimar a contraprestação variável dos descontos futuros esperados, a Companhia e suas controladas aplicam o método do valor mais provável para contratos com um limite de volume único, e o método do valor esperado para contratos com mais de um limite de volume e para os contratos que preveem descontos por pontualidade no pagamento. O método selecionado que melhor prediz o montante de contraprestação variável é impulsionado principalmente pelo número de limites de volume constantes do contrato. Em seguida, a Companhia e suas controladas aplicam os requisitos sobre estimativas restritivas de contraprestação variável e reconhece uma provisão redutora no contas a receber de clientes para os descontos futuros esperados.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou um período mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica "receita financeira" na demonstração do resultado.

g) Impostos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. Atualmente, as provisões para imposto de renda e contribuição social foram constituídas às alíquotas de 15%, mais adicional de 10%, e 9%, respectivamente, sobre o lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões admitidas.

O imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. O imposto diferido da Companhia e de suas controladas se referem às diferenças temporárias, ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

g) Impostos--Continuação

Imposto de renda e contribuição social - correntes--Continuação

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, somente na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizadas.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota de imposto que se espera que seja aplicada no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, baseado nas alíquotas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos caso exista um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeita à mesma autoridade tributária.

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Contas a receber de clientes e a pagar apresentadas juntamente com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperáveis ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

h) Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa ele é reconhecido como receita ao longo do exercício do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo ele é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Quando a Companhia e suas controladas recebem benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem em prestações anuais iguais.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

i) Instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados no reconhecimento inicial e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia e de suas controladas para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia e suas controladas tenham aplicado o expediente prático, a Companhia e suas controladas mensuram um ativo financeiro inicialmente ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia e suas controladas tenham aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com a NBC TG 47 - Receita de Contrato com Cliente.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia e de suas controladas que tem como objetivo administrar ativos financeiros refere-se a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas--Continuação

Em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

i) Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos e passivos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- (i) Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- (ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- (iii) Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); ou
- (iv) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A categoria Ativos financeiros ao custo amortizado é a mais relevante para a Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas mensuram os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia e de suas controladas ao custo amortizado incluem caixa e equivalentes de caixa, conta vinculada, contas a receber de clientes e de partes relacionadas. Aplicações financeiras que não são equivalentes de caixa estão apresentadas ao seu valor justo corrigidas pelos indicadores vigentes em cada aplicação.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

i) Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos e passivos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Desreconhecimento--Continuação

Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram.

A Companhia e suas controladas transferem seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transfere o controle do ativo.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas reconhecem uma provisão para perdas esperadas para todos os instrumentos financeiros não registrados pelo valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

No reconhecimento inicial os passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado, custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado. Para os passivos financeiros que não sejam registrados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia e de suas controladas incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures, financiamento de subvenções governamentais, passivo de arrendamento e contas a pagar a partes relacionadas e são classificados na categoria de passivos financeiros ao custo amortizado.

Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros da Companhia e de suas controladas são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva (quando estão sujeitos a juros). Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

i) Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos e passivos financeiros--Continuação

Passivos financeiros--Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata e sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos a contar da data da contratação.

j) Contabilidade de hedge

A Companhia e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos para proteção contra o risco de variações de taxas de câmbio, preço de “*commodities*” e contra a exposição das variações de câmbio atribuíveis a empréstimos obtidos em moeda estrangeira.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

j) Contabilidade de hedge--Continuação

Para operações que foram designadas para contabilidade de *hedge*, a Companhia e suas controladas formalmente designam e documentam: a relação de *hedge*, o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco da Companhia e de suas controladas para assumir o *hedge*.

A documentação inclui a identificação: i) do instrumento de cobertura; ii) o item protegido; iii) a natureza do risco coberto e como a Companhia e suas controladas avaliam se a relação de *hedge* atende aos requisitos de efetividade (incluído a análise de fontes de inefetividade de *hedge* e determinação do índice de *hedge*).

Uma relação de *hedge* se qualifica para contabilidade de cobertura se satisfizer todos os requisitos de eficácia:

- Existência de uma "relação econômica" entre o item coberto e o instrumento de cobertura.
- O efeito do risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam da relação econômica.
- O índice da relação de *hedge* é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de *hedge* que a entidade efetivamente utiliza para proteger essa quantidade de item protegido.

A Companhia e suas controladas possuem as seguintes relações de *hedge*:

- *Hedge* de valor justo, ao fornecer proteção contra a exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado.
- *Hedge* de fluxo de caixa, ao fornecer proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado.

k) Distribuição de dividendos

A Companhia e suas controladas reconhecem um passivo para pagamento de dividendos quando essa distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da Companhia ou ainda quando previsto em Lei.

Conforme a legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido. A legislação societária estabelece ainda o requerimento de pagamento de um dividendo mínimo obrigatório, após efetuados os ajustes ao lucro auferido no exercício e destinação das reservas também previstas no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas--Continuação

Em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

l) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado e somente registrado se considerado relevante em relação às Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

O ajuste a valor presente relativo às operações de compra de matérias-primas e outros materiais para produção é registrado na rubrica "Fornecedores" com contrapartida na conta de "Estoques". Sua reversão é registrada no custo dos produtos vendidos de acordo com a venda dos estoques e despesas financeiras com fruição dos prazos de pagamentos com fornecedores.

O ajuste a valor presente das operações de venda de produtos tem como contrapartida a rubrica "Contas a receber de clientes". Sua realização é registrada na rubrica "receitas financeiras" pela fruição de prazo dos recebíveis.

m) Imobilizado

O ativo imobilizado é apresentado ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia e suas controladas reconhecem essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado quando incorridos.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo imobilizado; as taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, estão demonstradas na Nota 13.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

n) Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos diretamente relacionados à aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda, quando aplicável, são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos relativos a empréstimos, financiamentos e debêntures.

o) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Os ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso e são tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

p) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

A Administração da Companhia e suas controladas revisam anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída a provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo ou quando não há contrato de venda firme com base no preço de mercado de um mercado ativo ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil no nível da unidade geradora de caixa.

q) Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

Matérias-primas - custo de aquisição segundo o custo médio.

Produtos acabados e em elaboração - custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal, mas excluindo custos de empréstimos.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos as despesas estimadas de vendas.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas--Continuação

Em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

r) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia e suas controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para contingências

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos ocorra para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

Programa de participação nos resultados

A Companhia e suas controladas possuem programa de participação nos resultados baseados em metas de curto e longo prazo.

s) Segmento operacional

A Companhia e suas controladas atuam no segmento de produção e comercialização de bebidas, sendo um único segmento operacional.

t) Arrendamentos

A Companhia e suas controladas avaliam, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Aplica-se uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para curto prazo e de baixo valor.

Direito de uso

A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração do passivo de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor do passivo de arrendamento reconhecido, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo:

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

t) Arrendamentos--Continuação

	Taxas médias ponderadas de depreciação (ao ano)
Frotas	31%
Imóveis	25%
Máquinas e equipamentos	24%

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ou a suas controladas ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na Nota 14.

Passivo de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia e suas controladas reconhecem o passivo de arrendamento mensurado pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de período de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e suas controladas, bem como pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia e suas controladas exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia e suas controladas usam a sua taxa incremental de empréstimo na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados.

Além disso, o valor contábil do passivo de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

t) Arrendamentos--Continuação

Passivo de arrendamento--Continuação

A Companhia e suas controladas aplicam a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). A concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor também é aplicada aos arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

u) Questões climáticas

A Companhia e suas controladas consideram questões climáticas em estimativas e pressupostos, quando apropriado. Essa avaliação inclui uma ampla gama de possíveis impactos na Companhia e suas controladas devido a riscos tanto físicos quanto de transição. Mesmo que a Companhia e suas controladas acreditem que seu modelo de negócios e produtos ainda serão viáveis após a transição para uma economia de baixo carbono, questões climáticas aumentam a incerteza nas estimativas e pressupostos subjacentes a vários itens nas Demonstrações Contábeis.

Mesmo que os riscos relacionados às mudanças climáticas atualmente possam não ter um impacto significativo na mensuração, a Companhia e suas controladas estão monitorando de perto mudanças e desenvolvimentos relevantes, como novas legislações relacionadas às mudanças climáticas. Os itens e considerações mais diretamente afetados pelas questões climáticas são:

- Vida útil do imobilizado: Ao revisar os valores residuais e as vidas úteis esperadas dos ativos, a Companhia e suas controladas consideram questões climáticas, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas que podem restringir o uso de ativos ou exigir despesas de capital significativas. Vide Nota 13 para mais informações.
- Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: O valor em uso pode ser afetado de várias maneiras diferentes pelo risco de transição, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas e mudanças na demanda pelos produtos da Companhia e de suas controladas. Mesmo que a Companhia e suas controladas tenham concluído que nenhuma premissa relacionada às mudanças climáticas seja uma premissa-chave para o teste de goodwill para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas consideraram expectativas de aumento nos custos de emissões, aumento na demanda por bens vendidos pela unidade geradora de caixa de equipamentos de prevenção de incêndio da Companhia e suas controladas e aumento de custos devido a requisitos mais rígidos de reciclagem nas projeções de fluxo de caixa ao avaliar os valores em uso. Vide a Nota 15 para mais informações.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas--Continuação

Em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

v) Novas normas, alterações e interpretações

A Companhia e suas controladas aplicaram pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia e suas controladas decidiram não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

IFRS 17 - Contratos de Seguro

O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro) é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 - Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 11).

O IFRS 17 (CPC 50) se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão. O objetivo geral do IFRS 17 (CPC 50) é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. O IFRS 17 (CPC 50) é baseado em um modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (a abordagem de taxa variável)
- Uma abordagem simplificada (a abordagem de alocação de prêmios) principalmente para contratos de curta duração

A nova norma não teve impacto nas Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas.

Definição de Estimativas Contábeis - Alterações ao IAS 8

As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis.

As alterações não tiveram impacto nas Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

v) Novas normas, alterações e interpretações--Continuação

Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2

As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS Practice Statement 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis “significativas” por um requisito para divulgar suas políticas contábeis “materiais” e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis.

As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Companhia e suas controladas, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas Demonstrações Contábeis da Companhia e de suas controladas.

Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação - Alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 Income Tax (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação.

As alterações não tiveram impacto nas Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem:

- Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e
- Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das Demonstrações Contábeis a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva.

A exceção temporária obrigatória - cujo uso deve ser divulgado - entra em vigor imediatamente.

Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31 de dezembro de 2023.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

v) Novas normas, alterações e interpretações--Continuação

Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao IAS 12--Continuação

As alterações não tiveram impacto nas Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas da Companhia, pois a Companhia não está sujeita às regras do modelo do Pilar Dois, uma vez que a Companhia não se trata de uma multinacional e não possui participação em controladas residentes no exterior, além disso, o Brasil ainda não incorporou em sua legislação tributária as regras do Pilar Dois.

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas às fontes de incertezas nas estimativas futuras e outras importantes estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste contábil dos ativos e passivos no próximo exercício são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo líquido de despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido de despesas de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos despesas adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia e suas controladas ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável da unidade geradora de caixa são detalhadas na Nota 15.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e o valor e época de resultados tributáveis futuros. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e de suas controladas.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não utilizados somente na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Para obter mais detalhes sobre impostos diferidos, vide Nota 9.

Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial é obtido por meio de mercados ativos.

Provisões para contingências

A Companhia e suas controladas reconhecem a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão (Companhia e suas controladas como arrendatárias)

A Companhia e suas controladas determinam o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão (Companhia e suas controladas como arrendatárias)--Continuação

A Companhia e suas controladas possuem vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Companhia e suas controladas aplicam julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação, consideram todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o período da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, a Companhia e suas controladas reavaliam o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de benfeitorias ou customizações significativas no ativo arrendado).

A Companhia e suas controladas incluíram o período de renovação como parte do prazo do arrendamento de instalações e máquinas com um período não cancelável contratual mais curto (os quais variam de três a cinco anos). Historicamente, a Companhia e suas controladas têm exercido a opção de renovação para esses arrendamentos uma vez que haveria um efeito negativo significativo na produção da Companhia e de suas controladas se um ativo equivalente de reposição não estiver prontamente disponível.

Os períodos de renovação de arrendamentos de instalações e máquinas com períodos não canceláveis mais longos (os quais variam de 10 a 15 anos) não são incluídos como parte do prazo do arrendamento, pois esses não são avaliados pela Administração como razoavelmente certos. Além disso, as opções de renovação para locações de veículos não são incluídas como parte do prazo do arrendamento uma vez que a Companhia e suas controladas normalmente os alugam por não mais de cinco anos e, portanto, não exerce nenhuma opção de renovação. Ademais, os períodos cobertos pelas opções de rescisão são incluídos como parte do prazo do arrendamento apenas quando são avaliados como razoavelmente certos de não serem exercidos.

Provisão para perdas esperadas com contas a receber de clientes

A Companhia e suas controladas utilizam uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber de clientes. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões de perda semelhantes (como por exemplo por região geográfica, tipo de produto ou tipo de cliente e risco de crédito, entre outros).

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Provisão para perdas esperadas com contas a receber de clientes--Continuação

A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas revisam a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Por exemplo, se há expectativa de deterioração de condições econômicas previstas no próximo ano (por exemplo, o produto interno bruto) - o que pode levar a um aumento na inadimplência no setor, as taxas de perda históricas são ajustadas. Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas.

A avaliação da correlação entre as taxas de perda histórica observadas, as condições econômicas previstas e as perdas de crédito esperadas são uma estimativa significativa. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas.

A experiência histórica de perda de crédito da Companhia e de suas controladas, bem como a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro. As informações sobre as perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber de clientes estão divulgadas na Nota 7.

Arrendamentos - Estimativa da taxa de juros incremental

A Companhia e suas controladas não são capazes de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar o passivo de arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia e suas controladas teriam de pagar ao pedir emprestado os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar por prazo semelhante e com garantia semelhante. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis (como por exemplo, subsidiárias que não realizam operações de financiamento) ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento (por exemplo, quando os arrendamentos não estão na moeda funcional de uma subsidiária). A Companhia e suas controladas estimam a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera aspectos que são específicos da Companhia e de suas controladas (como o *rating* de crédito da subsidiária) nesta estimativa.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas--Continuação

Em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa	10	32	31.284	30.608
Equivalentes de caixa	5.700	5.506	793.234	883.543
	5.710	5.538	824.518	914.151

Os equivalentes de caixa correspondem às operações realizadas junto às instituições financeiras que operam no mercado financeiro nacional e possuem baixo risco de crédito, são remuneradas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) com um percentual médio de 92,5% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (99,4% em 31 de dezembro de 2022) e possuem liquidez imediata para utilização nas operações da Companhia e de suas controladas. Segue abaixo a composição:

Equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
CDB	5.700	5.506	370.645	607.451
Debêntures compromissadas	-	-	380.347	152.497
Automáticas	-	-	42.237	3.920
Fundos de liquidez imediata	-	-	5	119.675
	5.700	5.506	793.234	883.543

6. Aplicações financeiras

	Taxa média (CDI)		Taxa média (CDI)		Controladora		Consolidado	
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fundo de investimentos								
Itaú	-	-	107%	-	-	-	94	-
Banco do Brasil	-	-	95%	99%	-	-	67	1.995
Santander	-	-	91%	89%	-	-	17	15
Letra Financeira	-	-	100%	-	-	-	5.523	-
Bradesco	100%	100%	100%	100%	134	121	134	121
Circulante					134	121	5.835	2.131
Banco do Nordeste	-	-	100%	100%	-	-	14.009	12.396
BASA	-	-	100%	100%	-	-	2.943	-
Não circulante					-	-	16.952	12.396

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas--Continuação

Em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

7. Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Partes relacionadas (Nota 10)	3.432	807
Contas a receber de clientes	837.800	662.085
	841.232	662.892
(-) Ajuste a valor presente	(4.247)	(4.556)
(-) Abatimentos	(20.205)	(15.178)
	816.780	643.158
(-) Provisão para perdas esperadas com contas a receber	(15.248)	(17.566)
Circulante	801.532	625.592

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o vencimento do saldo de contas a receber de clientes por idade de vencimento está demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	801.665	637.884
Vencidos:		
1 a 30 dias	21.014	3.548
31 a 60 dias	1.120	1.984
61 a 90 dias	1.389	710
91 a 120 dias	235	419
121 a 150 dias	221	223
151 a 180 dias	190	118
Vencidos há mais de 180 dias	150	440
	825.984	645.326
(-) Ajuste a valor presente	(4.247)	(4.556)
(-) Abatimentos	(20.205)	(15.178)
	801.532	625.592

Vide a seguir as movimentações na provisão para perdas esperadas:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(17.566)	(9.833)
Aporte de controladas	-	(10.405)
(+) provisões	(11.184)	(3.565)
(-) reversões	13.502	6.237
Saldo final	(15.248)	(17.566)

Em 31 de dezembro de 2023, o prazo médio de recebimento era de 29 dias (28 dias em 31 de dezembro de 2022).

A política de provisão para perdas esperadas com contas a receber considera as perdas esperadas para a determinação do aumento do risco de crédito de acordo com o ciclo operacional e comercial do negócio. O risco de crédito de ativos financeiros aumenta desde o reconhecimento inicial quando os pagamentos contratuais estiverem vencidos há mais de 30 dias. Por conta disso, a Companhia e suas controladas classificaram os títulos vencidos mais antigos em uma matriz de provisão de perdas esperadas que foi definida tendo como base:

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas--Continuação

Em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

7. Contas a receber de clientes--Continuação

- As taxas de inadimplência históricas sobre a vida esperada do contas a receber;
- A classificação das operações de crédito de cliente sendo definida considerando o título que apresentasse maior risco (vencido a maior tempo).

No caso dos títulos renegociados (confissão de dívida), a provisão será revertida mediante o efetivo recebimento do título.

Para determinar a recuperação do contas a receber, a Companhia e suas controladas consideram qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente da data em que o crédito foi inicialmente concedido até a data de encerramento do exercício.

8. Estoques

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Produtos acabados	193.544	179.330
Matéria-prima e embalagem	183.352	204.971
Materiais auxiliares	7.005	4.572
Mercadorias para venda	217.164	215.270
Almoxarifado	105.320	91.148
Almoxarifado marketing	11.973	11.469
Estoque de vasilhames	4.954	5.638
Produtos em processo	4.135	3.034
Estoque em poder de terceiros	61.670	29.913
	789.117	745.345
Provisão para perdas de estoques	(23.036)	(47.146)
(-) Ajuste a valor presente (a)	(22.472)	(12.451)
	743.609	685.748

(a) O ajuste a valor presente foi calculado com base no giro de estoque de 19 dias em 31 de dezembro de 2023 (20 dias em 31 de dezembro de 2022), com taxa média de desconto de 11,65% a.a. (13,65% a.a. em 2022), e foi contabilizado em contrapartida do ajuste realizado no contas a pagar a fornecedores. Quando ocorre a venda do estoque ele transita para o resultado.

Demonstramos a seguir a movimentação da provisão para perda de estoques:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(47.146)	(39.918)
Aporte de controladas	-	(19.523)
(+) provisões	(23.040)	(23.929)
(-) reversões	29.678	36.224
	17.472	-
Saldo final	(23.036)	(47.146)

A política de provisão para perdas de estoque considera as perdas esperadas com base na realização. Por conta disso, a Companhia e suas controladas classificaram os seus estoques de baixo giro uma matriz de provisão que foi definida tendo como base:

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas--Continuação

Em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

8. Estoques--Continuação

- Giro superior a 365 dias;
- Não classificados como itens estratégicos.

9. Impostos a recuperar e obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante				
ICMS a recuperar	-	-	32.039	32.922
ICMS a recuperar sobre ativo fixo (b)	-	-	62.684	57.636
IPI a recuperar (d)	-	-	8.682	33.884
PIS/COFINS a recuperar (c)	-	-	98.664	424.737
IRPJ/CSLL a recuperar (e)	1.477	2.283	60.287	53.794
	1.477	2.283	262.356	602.973
Ativo não circulante				
ICMS a recuperar (a)	-	-	159.991	131.604
ICMS a recuperar sobre ativo fixo (b)	-	-	86.142	80.769
IPI a recuperar (d)	-	-	28.950	62.913
PIS/COFINS a recuperar (c)	-	-	60.260	42.892
IRPJ/CSLL a recuperar (e)	1.110	-	48.098	37.342
Outros impostos a recuperar	-	-	157	152
	1.110	-	383.598	355.672
Passivo circulante				
ICMS a recolher	-	-	149.942	118.491
IRRF a recolher	1	4	5.700	8.604
IRPJ/CSLL a recolher	-	11	23.071	41.748
PIS/COFINS a recolher	3	1	77.078	76.690
IPI a recolher	-	-	2.805	11.260
Outros impostos a recolher	-	-	10.089	6.220
	4	16	268.685	263.013

(a) ICMS a recuperar no longo prazo - processos de restituições e ressarcimento em esfera administrativa.

(b) ICMS a recuperar sobre ativo fixo - a utilização do saldo é estimada em até aproximadamente 4 anos, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Apropriação	31/12/2023	31/12/2022
Menos de 1 ano	62.684	57.636
Entre 1 e 2 anos	46.368	43.179
Entre 2 e 3 anos	29.342	28.777
Entre 3 e 4 anos	10.432	8.813
	148.826	138.405

(c) Exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS.

Em 15 de março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento do mérito do Recurso Extraordinário nº 574.706, com efeitos de repercussão geral, no qual foi assegurado aos contribuintes o direito à exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e COFINS.

Em julho de 2019, a Regua obteve decisão favorável transitada em julgado em processo no qual discutia o direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. O processo foi ajuizado em 2007 e garantiu o direito do reconhecimento do crédito tributário.

Como é de conhecimento público, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu por maioria, em julgamento com repercussão geral no dia 13 de maio de 2021, que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e COFINS, sendo a decisão válida a partir de 15 de março de 2017, data em que foi fixada a tese de repercussão geral, quando do julgamento do recurso extraordinário (RE) 574.706, ressalvadas as ações judiciais e administrativa protocoladas até a data da sessão em que for proferido o julgamento. O estabelecido nessa decisão também esclareceu que a tese trata do ICMS destacado em nota fiscal.

Em setembro de 2021, a Norsa obteve decisão favorável transitada em julgado. O saldo total dos créditos tributários foi de R\$786.466, sendo R\$505.697 de principal e R\$280.769 de atualização monetária.

A BNB reconheceu crédito tributário relativo à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS, no período de 2012 a 2017, no valor total de R\$43.090, sendo R\$27.251 de principal e R\$15.839 de atualização monetária. O processo de compensação iniciou em Dez/21 e obteve decisão favorável transitada em julgado em 17 de junho de 2020.

A Compar reconheceu crédito tributário relativo à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS, no período de 2012 a 2017, no valor total de R\$81.706, sendo R\$50.139 de principal e R\$31.567 de atualização monetária. Em abril de 2022, a Compar obteve decisão favorável transitada em julgado.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

9. Impostos a recuperar e obrigações tributárias--Continuação

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo no ativo é de R\$158.924 que será utilizado conforme demonstrado abaixo:

Apropriação	31/12/2023	31/12/2022
Em até 1 ano	98.664	424.737
Entre 1 e 2 anos	-	18.000
Entre 2 e 3 anos	-	-
Entre 3 e 5 anos	60.260	24.892
	158.924	467.629

- d) IPI - Os créditos de IPI, referem-se em grande parte ao aporte da controlada Compar, que compõem créditos presumidos com a operação na ZFM (Zona Franca de Manaus). A Companhia tem utilizado esses créditos com outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil ("RFB") e, agilizando a utilização dos saldos.
- e) Em 24 de setembro de 2021, o Superior Tribunal Federal julgou em decisão plenária, por unanimidade, a não incidência do IR e da CSLL sobre valores relativos à taxa SELIC, recebidos pelo contribuinte em razão de repetição de indébito tributário. Em 05 de agosto de 2021, a Companhia e suas controladas impetraram Mandado de Segurança Cível objetivando o reconhecimento do direito à não incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores decorrentes de atualização monetária e juros de mora, dentre eles a SELIC, calculados sobre créditos fiscais em razão de repetição de indébito tributário, concentrados nos processos comentados no item (b) acima. A Companhia aguarda o trânsito em julgado do seu processo para efetiva compensação fiscal dos valores.

10. Partes relacionadas

As tabelas a seguir apresentam os saldos em aberto, bem como o valor total das transações realizadas com partes relacionadas nos exercícios findos naquelas datas.

	31 de dezembro de 2023			31 de dezembro de 2022		
	Consolidado		Resultado	Consolidado		Resultado
	Ativo	Passivo		Ativo	Passivo	
Recofarma Indústria do Amazonas Ltda. (b)						
Compra de insumo	-	134.230	(1.258.501)	-	27.391	(953.171)
Investimentos de mercado	-	37.064	76.841	-	80.325	97.948
	-	171.294	(1.181.660)	-	107.716	(855.223)
Leão Alimentos e Bebidas Ltda. (c)						
Compra de produtos de revenda	-	-	-	180	-	13.225
	-	-	-	180	-	13.225
Crystal Águas do Nordeste Ltda. (d)						
Compra de produtos de revenda	-	53.913	(210.596)	-	15.526	(189.217)
Venda de insumos	3.432	-	167.027	627	-	102.997
Reembolsos de despesas	17	3.834	(10.534)	-	105	19.370
Arrendamento	-	17.327	(3.443)	-	18.901	(3.255)
	3.449	75.074	(57.546)	627	34.532	(70.105)
Gás Carbônico de Manaus Ltda. (f)						
Compra de insumo	-	4.874	(22.319)	-	4.366	(21.694)
Reembolsos de despesas	215	-	-	502	-	-
	215	4.874	(22.319)	502	4.366	(21.694)
Shizen Veículos Ltda. (g)						
Reembolsos de despesas	-	-	-	10	-	-
	-	-	-	10	-	-
Terminal Portuário Novo Remanso S.A. (h)						
Reembolsos de despesas	-	-	-	21	-	-
	-	-	-	21	-	-
Murano Veículos Ltda. (i)						
Alienação de ativos	-	-	-	1.403	-	-
Reembolsos de despesas	-	-	-	19	-	-
	-	-	-	1.422	-	-
	3.664	251.242	(1.261.525)	2.762	146.614	(933.797)
Partes relacionadas	232	40.898	-	1.955	80.430	-
Contas a receber (Nota 7)	3.432	-	-	807	-	-
Fornecedores (Nota 16)	-	193.017	-	-	47.283	-
Passivo de arrendamento (Nota 14)	-	17.327	-	-	18.901	-
	3.664	251.242	-	2.762	146.614	-

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas--Continuação

Em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

10. Partes relacionadas--Continuação

Termos e condições de transações com partes relacionadas

As vendas e compras envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços contratados entre as partes e não sofrem atualização monetária.

- (a) *Norsa Refrigerantes S.A. e Refrescos Guararapes Ltda.*: Empresas controladas pela Companhia para pleno desempenho de suas atividades mercantis que compartilham uma mesma estrutura administrativa/comercial denominada Escritório central e corporativo, gerenciado e mantido pela Companhia, que repassa mensalmente estes títulos de despesas por meio de rateio. As despesas não se limitam à estrutura mencionada acima de gastos com pessoal e seus respectivos reflexos, mas também, aluguéis, materiais e manutenção de bens e equipamentos, serviços terceirizados, auditorias, consultorias e outras despesas necessárias para manutenção do escritório. Adicionalmente, em 30 de novembro de 2022, aconteceu uma operação de compra e venda de ações, entre a controladora e operacionais num montante de R\$914.925 (R\$698.694 quitados até setembro de 2023 e R\$216.231 a serem quitados até março de 2024). Não foi considerada taxa de juros na operação.
- (b) *Recofarma Indústria do Amazonas Ltda.*: é uma empresa do grupo “*The Coca-Cola Company*” que produz e vende os concentrados para a elaboração das bebidas do portfólio da Coca-Cola. Em 31 de dezembro de 2023, a Recofarma possuía indiretamente, por intermédio da MAA investimentos, 27,4% de participação do capital social da controladora da Companhia. Fornecedor exclusivo do principal insumo da Companhia e de suas controladas, qual seja o concentrado, matéria-prima para fabricação de refrigerantes e outras bebidas. O prazo de pagamento vigente é de 30 dias. Adicionalmente, dentro do plano anual de negócios a Companhia alinhou planos estratégicos com a Recofarma no sentido de desenvolver pontos de venda com a colocação de geladeiras (multimarcas) e investimentos em grandes clientes “*Key accounts*” nacionais, na qual a Recofarma negocia nacionalmente as condições contratuais e efetua o pagamento de forma centralizada, repassando posteriormente a parcela relativa à participação dos Fabricantes de acordo com seus respectivos territórios, realizando encontro de contas com os gastos com vendas.
- (c) *Leão Alimentos e Bebidas Ltda.*: é uma empresa da Norsa junto com a Recofarma e as demais engarrafadoras do sistema Coca Cola Brasil. É um dos principais fornecedores dos produtos não carbonatados (sucos, chás e refrescos) para revenda. O prazo de pagamento vigente é de 44 dias.
- (d) *Crystal Águas do Nordeste Ltda.*: Fabricante de águas envasadas, cuja Norsa Refrigerantes S.A. detém 50% do seu controle. Refere-se às transações de venda de produtos acabados com a *Norsa Refrigerantes S.A. e Refrescos Guararapes Ltda.* Adicionalmente ocorre o reembolso de despesas da operação com os produtos de águas minerais e refrescos por meio de rateio e da locação (arrendamento) de uma linha de produção em Maceió/AL para produção de Kapo. Em dezembro de 2021 houve a migração da produção de Kapo para Norsa Refrigerantes S.A. O prazo de pagamento vigente é de 120 dias.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas--Continuação

Em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

10. Partes relacionadas--Continuação

Termos e condições de transações com partes relacionadas--Continuação

- (e) *Gás Carbônico de Manaus Ltda.*: Empresa controlada pelas *holdings* dos antigos controladores do Grupo Simões e atuais acionistas da Solar Bebidas S.A. que foca na produção de gás carbônico. Até 31 de dezembro de 2023, a empresa compartilhou de gastos com pessoal e seus respectivos reflexos, além de aluguéis, materiais e manutenção de bens e equipamentos, serviços terceirizados, auditorias, consultorias e outras despesas necessários para manutenção do escritório.
- (f) *Shizen Veículos Ltda.*: Empresa controlada pelas *holdings* dos antigos controladores do Grupo Simões e atuais acionistas da Solar Bebidas S.A. que foca na comercialização de veículos novos e usados, peças e serviços de manutenção de veículos. Até 31 de dezembro de 2022, a empresa compartilhou de gastos com pessoal e seus respectivos reflexos, além de aluguéis, materiais e manutenção de bens e equipamentos, serviços terceirizados, auditorias, consultorias e outras despesas necessários para manutenção do escritório.
- (g) *Terminal Portuário Novo Remanso S.A.*: Empresa controlada pelas *holdings* dos antigos controladores do Grupo Simões e atuais acionistas da Solar Bebidas S.A. que foca nas operações de terminais, cargas e descargas, depósito de mercadoria para terceiros. Até 31 de dezembro de 2022, a empresa compartilhou de gastos com pessoal e seus respectivos reflexos, além de aluguéis, materiais e manutenção de bens e equipamentos, serviços terceirizados, auditorias, consultorias e outras despesas necessários para manutenção do escritório.
- (h) *Murano Veículos Ltda.*: Empresa controlada pelas *holdings* dos antigos controladores do Grupo Simões e atuais acionistas da Solar Bebidas S.A., que foca na comercialização de veículos novos e usados, peças e serviços de manutenção de veículos. Até 31 de dezembro de 2022, a empresa compartilhou de gastos com pessoal e seus respectivos reflexos, além de aluguéis, materiais e manutenção de bens e equipamentos, serviços terceirizados, auditorias, consultorias e outras despesas necessários para manutenção do escritório.

Remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia

i) *Remuneração dos administradores*

A remuneração dos administradores e do Conselho de Administração da Companhia totalizou R\$22.529 em 31 de dezembro de 2023 (R\$22.454 em de dezembro de 2022). A Companhia não possui política de benefícios pós-emprego.

O Conselho de Administração da Companhia aprovou em sua última reunião (01/02/2023) um novo modelo de *phantom shares* visando (i) promover a criação de valor no longo prazo; (ii) assegurar o alinhamento de interesses entre acionistas e executivos, fomentando retornos sustentáveis à comunidade, meio ambiente, colaboradores e parceiros; (iii) reforçar uma cultura meritocrática de alta performance; e (iv) preservar a capacidade da Companhia em atrair, reter e motivar os melhores talentos de mercado.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

10. Partes relacionadas--Continuação

Remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia--Continuação

i) *Remuneração dos administradores--Continuação*

Estrutura do programa

Instrumento: *Phantom shares*

Ciclo de Outorga: Anual

Vesting: 3 anos

Tipo de Vesting: Cliff

Indicadores de Performance: EVA% (50%) e CAGR EBITDA per Share (50%)

Mecânica de funcionamento

Anualmente, o Conselho de Administração outorgará aos elegíveis as *phantom shares* com base na política de remuneração executiva vigente. Nessa ocasião determinará os critérios de performance vinculados à referida outorga. Passado o período de vesting (3 anos), os parâmetros de performance são apurados e auditados. A partir dos resultados obtidos será verificada a quantidade de *phantom shares* a serem efetivamente transferidas a cada executivo.

Após transferidas a cada executivo, este terá até o 10º ano, a contar da data de outorga, para efetuar o resgate. Entende-se como “resgate” a conversão em dinheiro do valor monetário correspondente ao montante de *phantom shares* disponíveis para o executivo.

Como a liquidação ocorre com ativos monetários o plano é considerado como remuneração de empregados e não como benefício baseado em ações e, desta forma, é registrado como passivo contra o resultado do exercício.

Regras de saída

- a) No caso de desligamento por justa causa, ou pedido de demissão, perderá as *phantom shares* que não tenham cumprido o período de *vesting*, as quais serão automaticamente canceladas, sem que o participante receba indenização ou benefício de qualquer natureza

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

10. Partes relacionadas--Continuação

Remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia--Continuação

i) *Remuneração dos administradores--Continuação*

Regras de saída--Continuação

- b) Nas hipóteses de demissão imotivada (por iniciativa da Companhia), aposentadoria compulsória ou não compulsória, invalidez permanente, interdição (decorrente da incapacidade mental para os atos da vida civil) e morte, o participante ou seu legítimo curador/dependente/sucessor, conforme o caso, (i) deverá resgatar todas as *phantom shares* que tenham cumprido o período de *vesting* e estejam, portanto, aptas a serem resgatadas, seguindo a janela de resgate definida pelo Conselho de Administração e comunicada pela área de recursos humanos; e (ii) no caso de ciclo de metas em aberto, o participante ou seu legítimo curador/dependente/sucessor, em caso de óbito, ou não, deverá resgatar as *phantom shares* a que o participante eventualmente faria jus após o encerramento do ciclo de metas, de forma proporcional ao período trabalhado, desde que o participante tenha trabalhado na Companhia por, no mínimo, 18 (dezoito) meses dentro do referido ciclo de metas, sendo que o pagamento somente será devido e realizado dentro da janela de resgate correspondente, respeitados os trâmites estabelecidos no regulamento.

Em 31 de dezembro de 2023, o valor do passivo era de R\$49.075 (R\$43.291 em 31 de dezembro de 2022) registrado em obrigações trabalhistas e previdenciárias. As despesas com as *phantom shares* em 31 de dezembro de 2023 foram de R\$7.458 (R\$19.202 em 31 de dezembro de 2022).

11. Conta vinculada e obrigações com antigos acionistas

Conta vinculada

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Conta garantida com o Grupo Lago (i)	806	806
Conta garantida com o Grupo Vieira (ii)	15.072	29.394
	<u>15.878</u>	<u>30.200</u>

Obrigações com antigos acionistas

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Conta garantida com o Grupo Lago (i)	806	806
Conta garantida com o Grupo Vieira (ii)	15.072	29.394
	<u>15.878</u>	<u>30.200</u>

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

11. Conta vinculada e obrigações com antigos acionistas--Continuação

Obrigações com antigos acionistas--Continuação

- (i) Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Norsa possuía R\$806 referente à conta vinculada (Escrow) contratada junto ao Banco Citibank S.A. (depositário), quando da aquisição do controle acionário da CMR em maio de 2006, junto ao antigo controlador. A expectativa de liquidação desses valores ou sua liberação vai depender dos prazos prescricionais dos processos.
- (ii) Em 31 de dezembro de 2023, a Norsa possuía R\$15.072 (R\$29.394 em 31 de dezembro de 2022) aplicados em CDB e fundos de investimento no Banco Bradesco referente à conta vinculada (Escrow) contratada quando da aquisição do controle acionário da CBA em junho de 2011. A expectativa de liquidação desses valores ou sua liberação ao antigo acionista se dará dependendo dos prazos prescricionais dos processos. Em 2023, houve o resgate de R\$17.530, ocasionado pelo encerramento dos processos vinculados com decisão favorável para o réu.

Esses valores servem para garantir processos cíveis, tributários, trabalhistas e outras contingências de responsabilidade dos antigos acionistas que porventura venham a surgir contra a Companhia e suas controladas.

12. Investimentos

Composição dos saldos

	Participação %		Controladora		Consolidado	
	(31/12/2023)	(31/12/2022)	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Avaliados a equivalência patrimonial:						
Leão Alimentos e Bebidas Ltda.	8,48%	8,48%	-	-	69.350	68.710
Crystal Águas do Nordeste Ltda.	50,00%	50,00%	-	-	86.725	63.822
Trop Frutas do Brasil Ltda.	6,80%	6,80%	-	-	7.822	9.384
Outros Investimentos	-	-	-	-	323	323
Ubi 3 Participações (Ades)	11,46%	11,46%	-	-	1	1
Solar.BR Participações Ltda.	100,00%	100,00%	1.573.248	1.804.205	-	-
Ágio na constituição da Solar.BR	-	-	859.950	859.950	-	-
Solar Bebidas S.A.	20,36%	20,36%	974.834	1.082.477	-	-
Ágio na constituição da Solar Bebidas S.A.	-	-	532.338	532.338	-	-
			3.940.370	4.278.970	164.221	142.240

i. Movimentações dos Investimentos - (Controladora)

	Solar.BR	Solar Bebidas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.947.579	1.205.616	3.153.195
Equivalência patrimonial	237.361	147.096	384.457
Outros resultados abrangentes	585.209	362.615	947.824
Distribuição de dividendos e dividendos propostos	(105.994)	(100.512)	(206.506)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.664.155	1.614.815	4.278.970
Equivalência patrimonial	326.146	202.097	528.243
Outros resultados abrangentes	(9.662)	(5.987)	(15.649)
Distribuição de dividendos e dividendos propostos	(547.441)	(303.753)	(851.194)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.433.198	1.507.172	3.940.370

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas--Continuação

Em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

12. Investimentos--Continuação

Composição dos saldos--Continuação

ii. Movimentações dos Investimentos - (Consolidado)

	Leão	Crystal	Trop Frutas	Outros investimentos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	52.457	58.939	8.247	1	119.644
Aporte de controlada	8.911	-	1.424	323	10.658
Equivalência patrimonial	(1.258)	4.883	(1.988)	-	1.637
Provisão para perda de investimento	8.608	-	-	-	8.608
Ajuste de avaliação patrimonial	(8)	-	1.701	-	1.693
Saldos em 31 de dezembro de 2022	68.710	63.822	9.384	324	142.240
Equivalência patrimonial	667	22.903	(1.017)	-	22.553
Provisão para perda de investimento	-	-	(539)	-	(539)
Ajuste de avaliação patrimonial	(27)	-	(6)	-	(33)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	69.350	86.725	7.822	324	164.221

i. Movimentações dos dividendos a receber (Controladora)

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo Inicial	35.485	650
Dividendos propostos por controladas	851.194	206.506
Recebimento de dividendos de controladas	(886.679)	(171.671)
Saldo Final	-	35.485

13. Imobilizado

a) Composição do imobilizado (Consolidado)

	Taxas médias ponderadas de depreciação (a.a.)	Custo	31/12/2023 Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	-	245.876	-	245.876
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2,2%	38.932	(15.376)	23.556
Edificações	2,1%	919.817	(327.048)	592.769
Máquinas e equipamentos	7,1%	2.337.614	(1.137.186)	1.200.428
Móveis e utensílios	7,1%	46.380	(25.266)	21.114
Garrafas e embalagens	20,0%, 25,0% e 50,0%	968.385	(757.060)	211.325
Geladeiras	14,3%	842.973	(494.175)	348.798
Computadores e periféricos	20,0%	71.979	(45.273)	26.706
Veículos	10,0% e 20,0%	326.887	(161.808)	165.079
Instalações	3,6%	337.217	(114.915)	222.302
Outras imobilizações	9,1%, 10,0% e 20,0%	52.125	(32.019)	20.106
Imobilizado em andamento	-	182.983	-	182.983
Imobilizado em trânsito	-	69.760	-	69.760
Provisão para perdas	-	(32.842)	-	(32.842)
		6.408.086	(3.110.126)	3.297.960

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

13. Imobilizado--Continuação

a) Composição do imobilizado (Consolidado)--Continuação

	Taxas médias ponderadas de depreciação (a.a.)	Custo	31/12/2022	
			Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	-	245.875	-	245.875
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3,7% e 6,0%	40.815	(18.713)	22.102
Edificações	3,7% e 6,0%	815.169	(296.241)	518.928
Máquinas e equipamentos	6,7% e 10,0%	2.198.215	(1.000.950)	1.197.265
Móveis e utensílios	10,0% e 8,0%	63.700	(33.248)	30.452
Garrafas e embalagens	20,0% e 14,0%	854.703	(698.961)	155.742
Geladeiras	10,0%, 11,0% e 20,0%	740.490	(406.736)	333.754
Computadores e periféricos	20,0% e 19,0%	62.315	(36.677)	25.638
Veículos	10,0%, 12,0% e 20,0%	333.732	(161.678)	172.054
Instalações	5,0%	331.758	(135.207)	196.551
Outras imobilizações	5,0%, 10,0% e 20,0%	63.628	(42.641)	20.987
Imobilizado em andamento	-	201.802	-	201.802
Provisão para perdas	-	(41.283)	-	(41.283)
		5.910.919	(2.831.052)	3.079.867

b) Movimentação do imobilizado (Consolidado)

	31/12/2022	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Outros	31/12/2023
Terrenos	245.875	-	-	-	1	-	245.876
Benfeitorias em imóveis de terceiros	22.102	3.029	(636)	(1.232)	293	-	23.556
Edificações	518.928	40.373	(1.591)	(19.205)	54.264	-	592.769
Máquinas e equipamentos	1.197.265	98.831	(3.986)	(176.400)	84.672	46	1.200.428
Móveis e utensílios	30.452	3.739	(1.808)	(5.376)	(5.893)	-	21.114
Garrafas e embalagens	155.742	132.439	(4.034)	(74.542)	1.720	-	211.325
Geladeiras	333.754	114.634	(1.661)	(102.474)	4.545	-	348.798
Computadores e periféricos	25.631	12.649	(298)	(12.751)	1.469	-	26.706
Veículos	172.054	26.314	(1.081)	(34.934)	2.726	-	165.079
Instalações	196.551	21.338	(1.707)	(13.734)	19.854	-	222.302
Outras imobilizações	20.987	4.232	(97)	(2.674)	(2.342)	-	20.106
Imobilizado em andamento	201.802	142.873	(383)	-	(161.309)	-	182.983
Imobilizado em trânsito (i)	-	-	-	-	-	69.760	69.760
Provisão para perdas (ii)	(41.283)	-	-	-	-	8.441	(32.842)
	3.079.860	600.451	(17.282)	(443.322)	-	78.247	3.297.960

	31/12/2021	Aporte de controladas	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Outros	31/12/2022
Terrenos	88.139	158.284	-	(449)	-	(99)	-	245.875
Benfeitorias em imóveis de terceiros	16.754	1.057	942	-	(1.107)	4.456	-	22.102
Edificações	395.350	85.243	14.145	(1.338)	(18.478)	44.006	-	518.928
Máquinas e equipamentos	503.294	591.419	83.332	4.568	(117.954)	132.606	-	1.197.265
Móveis e utensílios	10.904	20.356	4.653	(2.542)	(6.169)	3.250	-	30.452
Garrafas e embalagens	102.483	18.218	94.864	(5.299)	(61.873)	7.349	-	155.742
Geladeiras	153.303	62.070	200.016	(9.477)	(85.448)	13.290	-	333.754
Computadores e periféricos	11.090	5.292	12.607	198	(6.484)	2.994	(66)	25.631
Veículos	107.973	42.704	56.208	(935)	(38.240)	4.344	-	172.054
Instalações	176.450	87.233	10.334	(6.792)	(19.840)	(50.834)	-	196.551
Outras imobilizações	30.954	9.653	3.106	(1.991)	(2.552)	(19.322)	1.139	20.987
Imobilizado em andamento	167.094	13.557	163.688	(497)	-	(142.040)	-	201.802
Provisão para perdas (ii)	(29.272)	(20.458)	-	-	-	-	8.447	(41.283)
	1.734.516	1.074.628	643.895	(24.554)	(358.145)	-	9.520	3.079.867

(i) Notas fiscais compromissadas com os fornecedores, com entrega futura.

(ii) Nos últimos anos a Companhia e suas controladas realizaram uma reestruturação logística entre suas fábricas e centros de distribuição, resultando na realocação de produção e alteração de unidades que anteriormente eram fábricas para centros de distribuição. Em 2022, a Companhia e suas controladas realizaram o inventário e identificaram ativos que não seriam realocados ou reutilizados, realizando a provisão de R\$20.458 para a baixa desses ativos.

Garantias

Há bens dos imobilizados dados em garantia de financiamentos num montante de R\$263.306 (R\$291.331 em 31 de dezembro de 2022). Para o FNO (Fundo Constitucional de Financiamento do Norte), foram oferecidos terrenos, benfeitorias e máquinas e equipamentos. Para o FINAME (Financiamento de Máquinas e Equipamentos), os bens classificados como máquinas e equipamentos, freezers e veículos são aqueles financiados nos respectivos contratos.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

13. Imobilizado--Continuação

b) Movimentação do imobilizado (Consolidado)--Continuação

Imobilizado em andamento

O saldo do imobilizado em andamento refere-se a máquinas e equipamentos e obras civis que entrarão em uso no exercício seguinte.

Custos de empréstimos capitalizados

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não houve custos de empréstimos capitalizados.

c) Provisão para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A Companhia e suas controladas analisam periodicamente a possibilidade de existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável. Após análise interna da Administração, o ativo imobilizado da Companhia e de suas controladas não apresentou indício de perda, desvalorização ou dano fixo que pudesse comprometer o fluxo de caixa futuro da Companhia e de suas controladas. Dessa forma, a administração não identificou a necessidade de testar esse grupo de ativos ao valor recuperável nos termos da NBC TG 01 (R4) para 31 de dezembro de 2023.

14. Direito de uso e passivo de arrendamento

a) Direito de uso (Consolidado)

	Frotas	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Total
Taxa média de amortização	31%	25%	24%	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>30.320</u>	<u>20.614</u>	<u>19.741</u>	<u>70.675</u>
Aporte de controladas	2.514	4.490	-	7.004
Aquisições	29.459	21.018	-	50.477
Atualização	1.188	3.464	891	5.543
Depreciação	(19.939)	(10.782)	(2.216)	(32.937)
Outros	-	-	(943)	(943)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>43.542</u>	<u>38.804</u>	<u>17.473</u>	<u>99.819</u>
Aquisições	97.195	4.605	16.374	118.174
Atualização	-	772	869	1.641
Depreciação	(35.717)	(9.879)	(6.042)	(51.638)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>105.020</u>	<u>34.302</u>	<u>28.674</u>	<u>167.996</u>

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

14. Direito de uso e passivo de arrendamento--Continuação

b) Passivo de arrendamento (Consolidado)

		Frotas	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Máquinas e equipamentos (Nota 10 - Partes relacionadas)	Total
Taxa de juros incremental (média ponderada) (a.a.)		12,74%	12,87%	13,83%	7,01%	
		31.787	21.884	978	19.789	74.438
Saldos em 31 de dezembro de 2021	Circulante	10.392	4.695	978	1.954	18.019
	Não circulante	21.395	17.189	-	17.835	56.419
Aporte de controladas		2.187	4.752	-	-	6.939
Aquisições		29.459	21.018	-	-	50.477
Atualização		1.188	3.464	-	891	5.543
Juros apropriados		3.535	2.816	1	1.171	7.523
Pagamentos principal		(18.859)	(10.273)	(35)	(1.779)	(30.946)
Pagamento de juros		(3.535)	(2.816)	(1)	(1.171)	(7.523)
Baixas		-	-	(943)	-	(943)
		45.762	40.845	-	18.901	105.508
Saldos em 31 de dezembro de 2022	Circulante	20.990	7.302	-	2.216	30.508
	Não circulante	24.772	33.543	-	16.685	75.000
Aquisições		97.195	4.605	16.374	-	118.174
Atualização		-	772	219	650	1.641
Juros apropriados		8.236	4.901	1.418	1.220	15.775
Pagamentos principal		(34.055)	(8.422)	(2.986)	(2.224)	(47.687)
Pagamento de juros		(8.236)	(4.901)	(1.418)	(1.220)	(15.775)
		108.902	37.800	13.607	17.327	177.636
Saldos em 31 de dezembro de 2023	Circulante	31.523	10.169	3.751	2.463	47.906
	Não circulante	77.379	27.631	9.856	14.864	129.730

c) Cronograma de vencimentos do passivo de arrendamento

Vencimentos	31/12/2023	31/12/2022
Menos de 1 ano	67.431	39.803
Entre 1 e 2 anos	48.469	32.393
Entre 2 e 5 anos	83.827	44.985
Acima de 5 anos	45.983	14.654
Valores não descontados	245.710	131.835
Ajuste a valor presente	(68.074)	(26.327)
Total do passivo de arrendamento	177.636	105.508

d) Crédito de PIS e COFINS potencial

A Companhia e suas controladas possuem direito a crédito de PIS e COFINS nos contratos de aluguel na ocorrência de seus pagamentos. Apresentamos abaixo os valores potenciais desses impostos considerando o saldo dos contratos e o seu ajuste a valor presente.

Parte dos contratos de arrendamento de imóveis da Companhia e de suas controladas não geram direito a créditos de PIS e COFINS, pois são firmados com arrendadores pessoas físicas; logo, o crédito é vedado pela legislação tributária.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

14. Direito de uso e passivo de arrendamento--Continuação

d) Crédito de PIS e COFINS potencial--Continuação

	31/12/2023		31/12/2022	
	Fluxo nominal	Valor presente	Fluxo nominal	Valor presente
Contraprestação do arrendamento	240.419	177.636	132.290	105.507
PIS e COFINS potencial (9,25%)	22.239	16.431	12.237	9.759

Em conformidade com o OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/Nº02/2019, a Companhia e suas controladas adotaram como política contábil os requisitos do CPC 06 (R2) na mensuração e remensuração do seu direito de uso, procedendo o uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação.

Para resguardar a representação fidedigna da informação frente aos requerimentos do CPC 06 (R2) e para atender as orientações das áreas técnicas da CVM, são fornecidos os saldos dos passivos sem inflação, efetivamente contabilizados (fluxo real x taxa nominal) e a estimativa dos saldos inflacionados nos períodos de comparação (fluxo nominal x taxa nominal).

	31/12/2023	31/12/2022
<u>Fluxo real</u>		
Direito de uso	250.390	156.066
(-) Depreciação acumulada	(82.394)	(56.247)
	167.996	99.819
Passivos de arrendamento	245.710	131.835
(-) Ajuste a valor presente	(68.074)	(26.327)
	177.636	105.508
<u>Fluxo nominal</u>		
Direito de uso	279.083	175.997
(-) Depreciação acumulada	(90.751)	(63.523)
	188.332	112.474
Passivos de arrendamento	240.419	132.290
(-) Ajuste a valor presente	(43.873)	(17.085)
	196.546	115.205

As demais premissas, assim como o cronograma de vencimento das obrigações e as taxas de juros utilizadas no cálculo estão divulgadas em outros itens desta mesma nota explicativa, assim como os índices de inflação são observáveis no mercado, de forma que os fluxos nominais possam ser elaborados pelos usuários das Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

14. Direito de uso e passivo de arrendamento--Continuação

Provisão para redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

A Companhia e suas controladas analisam periodicamente a possibilidade de existência de indicadores de que determinados ativos de direito de uso poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável. Após análise interna da Administração, o ativo de direito de uso da Companhia e de suas controladas não apresentou indício de perda, desvalorização ou dano fixo que pudesse comprometer o fluxo de caixa futuro da Companhia e de suas controladas. Dessa forma, a administração não identificou a necessidade de testar esse grupo de ativos ao valor recuperável nos termos da NBC TG 01 (R4) para 31 de dezembro de 2023.

15. Intangível

a) Composição do intangível (Consolidado)

	<u>Taxas médias ponderadas de amortização (a.a.)</u>	<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
				<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
Ágio na aquisição de investimentos	-	4.156.463	-	4.154.750	4.156.463
Direito de uso da marca	10%	1.013.065	(74.818)	938.247	994.994
Softwares e sistemas informatizados	20%	203.408	(162.211)	41.197	30.388
Softwares em desenvolvimento	-	27.811	-	27.811	21.810
		5.400.747	(237.029)	5.162.005	5.203.655

b) Movimentação do intangível (Consolidado)

	<u>31/12/2022</u>	<u>Aporte de controladas</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Amortização</u>	<u>Transferências</u>	<u>Outros</u>	<u>31/12/2023</u>
Ágio na aquisição de investimentos	4.156.463	-	-	-	-	-	(1.713)	4.154.750
Direito de uso da marca	994.994	-	-	-	(56.747)	-	-	938.247
Softwares e sistemas informatizados	30.388	-	12.298	(2.158)	(18.073)	18.788	(46)	41.197
Softwares em desenvolvimento	21.810	-	25.064	(202)	(73)	(18.788)	-	27.811
	5.203.655	-	37.362	(2.360)	(74.893)	-	(1.759)	5.162.005
	<u>31/12/2021</u>	<u>Aporte de controladas</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Amortização</u>	<u>Transferências</u>	<u>Outros</u>	<u>31/12/2022</u>
Ágio na aquisição de investimentos	3.544.344	612.119	-	-	-	-	-	4.156.463
Direito de uso da marca	7.861	1.039.027	-	-	(51.894)	-	-	994.994
Softwares e sistemas informatizados	37.982	106	10.182	(742)	(19.152)	1.946	66	30.388
Softwares em desenvolvimento	5.050	-	18.884	-	(178)	(1.946)	-	21.810
	3.595.237	1.651.252	29.066	(742)	(71.224)	-	66	5.203.655

c) Teste de redução ao valor recuperável do ágio

A Companhia avaliou, com base em 31 de dezembro de 2023, a recuperação do valor contábil do ágio utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado alocado à unidade geradora de caixa que deu origem ao respectivo ágio. O valor recuperável da unidade geradora de caixa foi de R\$14.304.955 em 31 de dezembro de 2023, e o valor contábil da unidade geradora de caixa era de R\$4.718.433 em 31 de dezembro de 2023.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

15. Intangível--Continuação

c) Teste de redução ao valor recuperável do ágio--Continuação

O valor recuperável da unidade geradora de caixa foi determinado por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de fluxo de caixa aprovadas pela administração do Grupo Solar ao longo de cinco anos, mais perpetuidade. O fluxo de caixa projetado foi sensibilizado com as melhores estimativas de volume, baseada nas previsões de crescimento da economia da região, na participação de mercado do Grupo Solar e na tendência do consumo de bebidas. No longo prazo, esses itens foram ajustados em consonância com a inflação projetada e crescimento do PIB da região.

No que se refere às despesas operacionais, elas foram divididas em fixas e variáveis, nas quais as primeiras foram objetos de variação pela inflação projetada enquanto as variáveis sofrem o efeito da inflação e variação de volume. Em 31 de dezembro de 2023, a taxa de desconto antes dos impostos aplicada às projeções de fluxo de caixa é de 12,49% e os fluxos de caixa que excedem o período de cinco anos são extrapolados utilizando uma taxa de crescimento de 5,91%, considerando IPCA e uma taxa de crescimento real. Não foi identificada perda por redução ao valor recuperável como resultado dessa análise.

d) Principais premissas utilizadas em cálculos com base no valor em uso

O cálculo do valor em uso tanto para a unidade geradora de caixa é mais sensível às seguintes premissas:

Receita de vendas - Previsão dos reajustes dos preços das mercadorias vendidas ocorrem em linha com a estimativa da inflação geral. As premissas adotadas nos testes de redução ao valor recuperável estão de acordo com as projeções internas para o período de 5 anos e após esse período aplica-se a extrapolação de perpetuidade de 5,00%, em modelo nominal.

Margens brutas - As margens brutas são calculadas com base no planejamento do Grupo Solar. Essas margens possuem crescimento suave devido ao ganho de eficiência, que é parcialmente compensado por pressões de custos provenientes de commodities, fator cambial e aumento de tributos.

Inflação de preços de matérias-primas - As estimativas são obtidas a partir de índices publicados para os países que fornecem as matérias-primas, bem como dados relativos às commodities em específico. Os valores estimados são utilizados se os dados estiverem publicamente disponíveis (principalmente para o Brasil e os Estados Unidos).

Premissas de participação no mercado - Essas premissas são importantes, uma vez que, além de utilizar dados do segmento para taxas de crescimento, possibilitam que a Administração avalie a posição de mercado da unidade em relação aos seus concorrentes e o reflexo disso no plano financeiro. Estima-se que a participação do Grupo Solar no mercado de bebidas não alcoólicas tenha crescimento ao longo do período orçamentário.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

15. Intangível--Continuação

e) Estimativas de taxas de crescimento

As taxas são baseadas em pesquisas e estudos publicados sobre o setor.

f) Sensibilidade a mudanças nas premissas

No que se refere à avaliação do valor em uso da referida unidade geradora de caixa, estima-se que nenhuma mudança razoavelmente possível em qualquer uma das principais premissas acima mencionada levaria o valor contábil da unidade a exceder seu montante recuperável.

O Grupo Solar realizou a análise de sensibilidade da sua unidade geradora de caixa, considerando um acréscimo ou redução de 5p.p. na taxa de desconto e na taxa de crescimento. Como resultado da análise, se concluiu que não resultaria no reconhecimento de redução do valor recuperável do ágio. As análises foram consideradas:

- Aumento na taxa de desconto antes de tributo (WACC) para 13,11% em 2023; e
- Redução na Taxa de Crescimento Perpétuo para 5,61% em 2023.

16. Fornecedores

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Partes relacionadas (Nota 10)	193.017	47.283
Fornecedores nacionais	1.361.735	1.101.822
Ajuste ao valor presente	(34.768)	(19.574)
	1.519.984	1.129.531

17. Fornecedores - risco sacado

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores - risco sacado (a)	272.446	-
Ajuste ao valor presente	(4.304)	-
	268.142	-

- (a) A Companhia possui operação de risco sacado com seus fornecedores, com a participação de uma instituição financeira (atualmente o Santander), onde o fornecedor tem a opção de antecipar seus recebíveis relacionados às compras de bens e serviços realizadas pela Companhia. Ressalta-se que não existe extensão do prazo e que a Companhia tem direito a rebate por cada operação fechada pelos fornecedores em contrapartida da contraprestação de seção de risco de crédito e controle do saldo de fornecedores para a instituição financeira. Os rebates serão recebidos no mês subsequente da liquidação da operação juntamente à instituição financeira. Essas receitas são reconhecidas como "Outras receitas" na demonstração do resultado e totalizaram R\$6.444 em 31 de dezembro de 2023. A Companhia não possui operações de risco sacado com saldo vencido.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas--Continuação

Em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

18. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Taxas médias ponderadas		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante				
Banco do Nordeste S.A - FNE (a)	2,29% a.a.	2,90% a.a.	3.138	5.135
Basa - FNO (a)	8,61% a.a.	8,61% a.a.	5.931	6.662
FINAME/BNDES (a)	6,14% a.a.	5,84% a.a.	15.554	30.400
Operações de risco sacado (d)	-	-	22	357.670
	1ª série = CDI+0,22%; 2ª série CDI+0,46% e 3ª série CDI+0,67% / Novo CRA 1ª série CDI+0,29%; 2ª Série 102,9% CDI; 3ª série CDI + 0,48%; 4ª série pré de 11,13% juros CDI +1,92 a CDI + 2,74%		1ª série = CDI+0,22%; 2ª série CDI+0,46% e 3ª série CDI+0,67% juros CDI +1,92 a CDI + 2,74%	
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA (b)			28.140	6.311
Capital de Giro (c)			2.093	5.928
			54.878	412.106
Não circulante				
Banco do Nordeste S.A - FNE (a)	2,29% a.a.	2,90% a.a.	2.326	5.303
Basa - FNO (a)	8,61% a.a.	8,61% a.a.	6.716	11.887
FINAME/BNDES (a)	6,14% a.a.	5,84% a.a.	11.934	25.113
	1ª série = CDI+0,22%; 2ª série CDI+0,46% e 3ª série CDI+0,67% / Novo CRA 1ª série CDI+0,29%; 2ª Série 102,9% CDI; 3ª série CDI + 0,48%; 4ª série pré de 11,13%		1ª série = CDI+0,22%; 2ª série CDI+0,46% e 3ª série CDI+0,67% juros CDI +1,92 a CDI + 2,74%	
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA (b)			1.151.191	585.743
Capital de Giro (c)			-	11.748
			1.172.167	639.794
Total de empréstimos e financiamentos			1.227.045	1.051.900

- (a) O FNE é garantido por fiança bancária, conta reserva com valor equivalente a três parcelas do financiamento e aval do controlador; já o FNO e o FINAME são garantidos por alienação fiduciária e aval cruzado.
- (b) Na 1ª Emissão de CRA as garantias são asseguradas por meio de aval da controladora da Companhia, a Solar.BR Participações Ltda., sendo a remuneração sobre o valor nominal unitário do saldo devedor. A liquidação da operação ocorreu em setembro de 2022. Na 2ª Emissão de CRA, que ocorreu em abril de 2022 as garantias são asseguradas por meio de Aval da Controladora Solar Bebidas S.A., sendo a remuneração sobre o valor nominal unitário do saldo devedor. A liquidação da operação começa no 4º ano e segue até o 10º ano da operação. A 3ª Emissão de CRA, ocorrido em novembro de 2023, tem garantias asseguradas por meio de Aval da Controladora Solar Bebidas S.A., sendo a remuneração sobre o valor nominal unitário do saldo devedor.
- (c) A Companhia e suas controladas possuem capitais de giro em moeda estrangeira com o objetivo de proteger a exposição cambial dessas operações e contratou "swaps" com mesmos prazos, taxas e valores. A mensuração desses passivos pelo seu valor justo ao resultado evitando descasamento contábil. Maiores detalhes estão divulgados na Nota 21.
- (d) As operações de risco sacado da Companhia permitem aos seus fornecedores, por intermédio de instituições bancárias, realizarem a antecipação dos seus recebíveis. Nessas operações a Companhia tem apenas ganho de prazo para liquidação dos títulos que anteriormente estavam vinculados aos fornecedores. Os contas a pagar são trazidos a valor presente contra o ativo ou despesa a que se refere. Os juros embutidos são reconhecidos como despesas financeiras com o passar do tempo da operação.

A movimentação de empréstimos e financiamentos está demonstrada abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	1.051.900	1.098.526
Aporte de controladas	-	92.995
Captação empréstimos	528.247	588.437
Captação - risco sacado	348.344	1.164.829
Juros apropriados	69.400	90.677
Atualização monetária	29.978	11.617
Variação cambial	-	(194)
Amortização de principal	(54.253)	(836.889)
Amortização - risco sacado	(714.650)	(1.053.179)
Juros pagos	(42.731)	(103.338)
Despesa de captação	2.153	3.328
Ajuste a valor presente	8.657	(4.909)
Saldo final	1.227.045	1.051.900

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

18. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Os empréstimos e financiamentos têm o seguinte cronograma de vencimentos:

<u>Vencimentos</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Em até 1 ano	54.878	412.106
Entre 1 e 2 anos	176.850	31.960
Entre 2 e 3 anos	281.908	16.602
Entre 3 e 5 anos	420.803	591.232
Entre 5 e 10 anos	292.606	-
	<u>1.227.045</u>	<u>1.051.900</u>

Cláusulas restritivas

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas efetuaram a análise de cláusulas restritivas e não têm conhecimento de fatos ou circunstâncias que indicassem situação de não cumprimento ou desconformidade. As cláusulas restritivas dos empréstimos e financiamentos estão principalmente relacionadas à inadimplência, medidas judiciais ou extrajudiciais que comprometam a capacidade de pagamento, insolvência e comprometimento de garantias oferecidas. O CRA possui índice financeiro que mede a relação entre a dívida líquida consolidada e o EBITDA ajustado nos últimos 12 meses devidamente apresentado pela Companhia que deverá ser menor que 3,5 x EBITDA ajustado. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia registrou o índice de 0,21 x EBITDA ajustado (0,21 x EBITDA ajustado em 31 de dezembro de 2022).

Garantias

<u>Garantias</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Aval	1.181.424	609.730
Alienação	12.647	18.549
Fiança bancária	32.952	65.951
	<u>1.227.023</u>	<u>694.230</u>
Operação de risco sacado	22	357.670
Total	<u>1.227.045</u>	<u>1.051.900</u>

19. Debêntures

Em 28 de junho de 2019, a escritura de emissão de debêntures (2ª emissão) foi assinada junto ao Banco Votorantim no montante de R\$250.000 e emitida em duas séries, sendo a 1ª série de R\$139.000 e a 2ª série de R\$111.000 conforme demonstrado abaixo:

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas--Continuação

Em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

19. Debêntures--Continuação

Entidades financiadoras da operação	Data de emissão	Data de vencimento	Tipo de emissão	Valor total na data da emissão	Encargos financeiros anuais	Taxa efetiva		Consolidado	
						31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante									
Banco Votorantim	28/06/2019	28/06/2024	Simplex	111.000	108,00% CDI	12,58%	14,74%	27.708	55.481
								27.708	55.481
Não circulante									
Banco Votorantim	28/06/2019	28/06/2024	Simplex	111.000	108,00% CDI	-	14,74%	-	27.695
								-	27.695
Total de debêntures								27.708	83.176

A movimentação de debêntures está demonstrada abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	83.176	150.555
Juros apropriados	9.557	18.005
Amortização de principal	(55.500)	(55.550)
Juros pagos	(9.589)	(29.944)
Despesa de captação	64	110
Saldo final	27.708	83.176

As debêntures têm o seguinte cronograma de vencimentos:

Vencimentos	31/12/2023	31/12/2022
Menos de 1 ano	27.708	55.481
Entre 1 e 2 anos	-	27.695
	27.708	83.176

Limites e índices financeiros: o índice financeiro que mede a relação entre a dívida líquida consolidada e o EBITDA ajustado nos últimos 12 meses devidamente apresentado pela Companhia deverá ser menor que 3,5x EBITDA ajustado conforme índice exigido em contrato. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia registrou o índice de 0,21x EBITDA ajustado (0,21x EBITDA ajustado em 31 de dezembro de 2022).

Remuneração: A emissão de debêntures em 2019 ocorreu em duas séries, sendo a remuneração da 1ª série de 105,15% e da 2ª série 108% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (dias úteis), calculadas e divulgadas pela CETIP ("Taxa DI").

Garantias

Garantias	31/12/2023	31/12/2022
Aval	27.708	83.176
	27.708	83.176

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas--Continuação

Em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

20. Obrigações trabalhistas e previdenciárias

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Salários a pagar	11.701	4.213
Benefícios a pagar	4.843	7.811
Encargos a pagar	26.830	21.743
Férias e encargos sobre férias a pagar	100.550	87.722
Prêmio por desempenho a pagar	121.541	105.850
Outros	232	407
	<u>265.697</u>	<u>227.746</u>

21. Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias, dependendo da finalidade para a qual foram adquiridos ou contratados: (i) mensurados pelo custo amortizado, (ii) ao valor justo por meio do resultado e (iii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os passivos financeiros não derivativos são mensurados pelo custo amortizado por meio do método da taxa efetiva de juros, quando aplicável.

Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao valor justo e são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo dos derivativos durante o exercício são registrados diretamente na demonstração do resultado, exceto quando qualificados como *hedge* de fluxo de caixa, em que são reconhecidos no patrimônio líquido como outros resultados abrangentes e, no momento de sua liquidação, os ganhos e perdas acumulados são ajustados no item objeto de *hedge*, sensibilizando o resultado no momento da realização do item protegido.

Os instrumentos financeiros ativos são representados principalmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, conta vinculada, contas a receber de clientes, instrumentos financeiros derivativos e saldos a receber de partes relacionadas. E os instrumentos financeiros passivos são representados principalmente por empréstimos e financiamentos, debêntures, subvenções governamentais, instrumentos financeiros derivativos, passivo de arrendamento, fornecedores, fornecedores - risco sacado.

A administração desses instrumentos se dá por meio de estratégias operacionais, visando garantir liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as taxas vigentes no mercado.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas--Continuação

Em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

21.1. Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

	Níveis	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
		31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022
Ativos financeiros					
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	-	818.760	818.760	908.579	908.579
Contas a receber de clientes	-	801.532	801.532	625.592	625.592
Partes relacionadas	-	232	232	1.955	1.955
Conta vinculada	-	15.878	15.878	30.200	30.200
		1.636.402	1.636.402	1.566.326	1.566.326
Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras	2	22.653	22.653	14.406	14.406
		22.653	22.653	14.406	14.406
Instrumentos financeiros derivativos por meio de outros resultados					
Abrangentes					
Contratos a termo de mercadorias	2	22.975	22.975	34.113	34.113
Contratos a termo de moeda	2	1.334	1.334	3.014	3.014
Contratos a termo de alumínio	2	810	810	-	-
Contratos de swap	2	32.492	32.492	-	-
		57.611	57.611	37.127	37.127
Passivos financeiros					
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado					
Fornecedores	-	1.519.984	1.519.984	1.129.531	1.129.531
Fornecedores - risco sacado	-	268.142	268.142	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	1.227.045	1.261.563	1.051.900	1.059.118
Debêntures	-	27.708	28.285	83.176	85.008
Subvenções governamentais	-	9.922	9.922	24.066	24.066
Partes relacionadas	-	40.898	40.898	80.430	80.430
Passivo de arrendamento	-	177.636	177.636	105.508	105.508
		3.271.335	3.306.430	2.474.611	2.483.661
Instrumentos financeiros derivativos por meio de outros resultados					
Abrangentes					
Contratos a termo de mercadorias	2	28.911	28.911	2.146	2.146
Contratos a termo de moeda	2	6.980	6.980	4.382	4.382
Contratos a termo de alumínio	2	21	21	412	412
Contratos de swap	2	190	190	22.373	22.373
		36.102	36.102	29.313	29.313

21.2. Valor justo

Em relação ao valor justo dos ativos e passivos financeiros, são considerados os seguintes métodos e premissas para estimar o valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa, conta vinculada, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, fornecedores - risco sacado, contas a receber e a pagar a partes relacionadas se aproximam de seu respectivo valor contábil devido ao prazo e natureza do ativo.
- Aplicações financeiras estão apresentadas ao seu valor justo, corrigidas pelos indicadores vigentes em cada aplicação.
- O valor justo dos empréstimos e financiamentos atrelados à CDI e taxas-pré foi determinado pelos fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa média das operações vigentes, apresentando 8,59% a.a. (5,85% a.a. em 31 de dezembro de 2022). No caso das debêntures atreladas ao CDI, ele foi determinado pelos fluxos de caixa futuros descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas apresentando 12,58% a.a. (14,74% a.a. em 31 de dezembro de 2022).

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

21.2. Valor justo--Continuação

A Companhia e suas controladas contratam instrumentos financeiros derivativos junto a algumas contrapartes, sobretudo instituições financeiras com classificações de crédito de grau de investimento. Esses derivativos são avaliados com base na mensuração técnica, bem como com base em dados observáveis no mercado e referem-se principalmente a contratos a termo. As técnicas de avaliação aplicadas com maior frequência incluem modelos de precificação de contratos a termo, opções e “*swaps*”, com cálculos a valor presente. Os modelos incorporam diversos dados, inclusive a qualidade de crédito das contrapartes, as taxas de câmbio à vista e a termo, curvas das taxas de juros e curvas da taxa a termo da “*commodity*” objeto.

21.3. Operações com derivativos

Risco em moeda estrangeira

A política de gestão de risco da Companhia e de suas controladas é efetuar *hedge* da sua exposição em moeda estrangeira para empréstimos e financiamentos contratando “*swaps*” de fluxo de caixa onde na ponta passiva está moeda nacional indexado a CDI e na ponta ativa moeda estrangeira e custo do contrato, tais contratos são designados como *hedge* de fluxo de caixa.

A Companhia e suas controladas determinam a existência de relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item protegido com base na moeda, no valor e no momento dos respectivos fluxos de caixa, avaliando as mudanças no fluxo de caixa do item protegido que possam ser compensadas pelas variações do fluxo de caixa do derivativo de *hedge*. O método utilizado é o critério dos termos críticos - o método prospectivo. O teste de efetividade é feito no momento inicial da contabilização, constatando se todos os termos do derivativo estão alinhados com os termos do objeto de *hedge* em relação a prazos, amortizações, “*notional*” contratado e pagamento de juros, garantindo a efetividade do fluxo de caixa em 100%.

21.4. Gerenciamento de riscos financeiros

A Companhia e suas controladas estão expostas aos riscos de mercado (taxa de juros, câmbio e preço de *commodities*), risco de crédito e risco de liquidez.

A gestão destes riscos é supervisionada pela Companhia e suas controladas de acordo com a estrutura de governança apropriada para que as atividades que resultem em riscos financeiros da Companhia e de suas controladas sejam regidas por práticas e procedimentos apropriados.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

21.4. Gerenciamento de riscos financeiros--Continuação

i) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito em suas atividades operacionais principalmente com relação ao caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras, conta vinculada, contas a receber de clientes e instrumentos financeiros derivativos ativos.

Com o objetivo de mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas possuem operações financeiras ativas somente com bancos de primeira linha, que possuem classificação de risco (*rating*) de “Grau de Investimento”. Na gestão de suas contas a receber de clientes a Companhia e suas controladas adotam monitoramento ativo de clientes, revisão periódica de limites de clientes e controle rígido de prazos e modalidades de recebimento.

ii) Riscos de mercado

Os riscos de mercado são riscos de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os riscos de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço de “*commodities*”. Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas que são afetados pelos riscos de mercado incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, conta vinculada, empréstimos e financiamentos, e debêntures, e estão sujeitos basicamente ao risco de taxa de juros e variação cambial.

iii) Risco de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia e de suas controladas ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente aos empréstimos em moeda estrangeira e custos indexados à moeda estrangeira (*commodities*).

A Companhia e suas controladas gerenciam seus riscos de câmbio por meio de transações de *hedge* designados e não designados em estruturas de “*hedge accounting*”. Dessa forma, a Administração da Companhia e de suas controladas entende estar protegida ao risco de mercado pela alteração na taxa de câmbio, uma vez que todos os seus passivos financeiros relevantes registrados em moeda estrangeira estão atrelados às operações de “*swap*”.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

21.4. Gerenciamento de riscos financeiros--Continuação

iii) Risco de câmbio--Continuação

	<i>Notional</i>	Vencimento	Indexador de proteção	Taxa média contratada (libra/peso)	Valor justo do Ativo	Valor justo do Passivo
	23.900	Dez/2023	USD	4,98	59	(2.058)
	16.650	Jan/2024	USD	4,98	135	(1.193)
	14.500	Fev/2024	USD	5,02	69	(1.149)
	14.100	Mar/2024	USD	5,04	125	(1.238)
	11.250	Abr/2024	USD	5,08	157	(1.293)
	10.300	Mai/2024	USD	4,97	242	(49)
	8.300	Jun/2024	USD	4,93	547	-
31 de dezembro de 2023	<u>99.000</u>			<u>5,00</u>	<u>1.334</u>	<u>(6.980)</u>

	<i>Notional</i>	Vencimento	Indexador de proteção	Taxa média contratada (libra/peso)	Valor justo do Ativo	Valor justo do Passivo
	19.550	Dez/2022	USD	5,34	276	(2.099)
	13.250	Jan/2023	USD	5,37	169	(1.480)
	10.970	Fev/2023	USD	5,33	472	(394)
	10.000	Mar/2023	USD	5,34	490	(217)
	7.800	Abr/2023	USD	5,32	613	(45)
	7.000	Mai/2023	USD	5,37	539	(147)
	5.850	Jun/2023	USD	5,38	455	-
31 de dezembro de 2022	<u>74.420</u>			<u>5,35</u>	<u>3.014</u>	<u>(4.382)</u>

iv) Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido às variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia e de suas controladas ao risco de taxas de juros refere-se principalmente aos equivalentes de caixa, aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e debêntures que possuem taxas de juros variáveis.

O risco de taxa de juros é gerenciado por meio do monitoramento das projeções futuras das taxas que incidem sobre seus empréstimos e financiamentos e debêntures. Para mitigar esse risco, são utilizados instrumentos financeiros que visam reduzir eventuais impactos negativos das variações de taxas de juros.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas--Continuação

Em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

21.4. Gerenciamento de riscos financeiros--Continuação

v) Risco de preço de commodities

A Companhia e suas controladas compram açúcar e alumínio em base contínua uma vez que suas atividades operacionais exigem fornecimento ininterrupto de açúcar e alumínio para a produção de refrigerante. A fim de proteger-se da volatilidade de preço do mercado internacional deste insumo, bem como daqueles contratados em moedas estrangeiras, a Companhia e suas controladas estabeleceram uma política de gestão de riscos que permite a utilização de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de diminuir o impacto decorrente de um aumento do preço de tais “*commodities*”.

Com o estabelecimento desses contratos espera-se reduzir a volatilidade do preço do insumo (açúcar/alumínio). Tais contratos pretendem oferecer cobertura contra o risco de volatilidade dos preços de compra do açúcar com base nos contratos de compra existentes.

Os instrumentos financeiros derivativos designados para *hedge* de fluxo de caixa para proteção da exposição ao risco de “*commodities*” estão demonstrados na tabela a seguir:

<i>Notional</i>	Vencimento	Indexador de proteção	Taxa média contratada (libra/peso)	Valor justo do Ativo	Valor justo do Passivo
8.870	Fev/2024	Açúcar	23,67	9.560	(8.904)
7.784	Abr/2024	Açúcar	24,79	2.391	(9.366)
2.016	Jun/2024	Açúcar	25,65	880	(1.325)
2.352	Set/2024	Açúcar	24,22	1.952	(1.019)
728	Jan/2024	Açúcar	21,15	32	(396)
560	Mar/2024	Açúcar	20,00	-	(533)
11.995	Fev/2025	Açúcar	20,94	4.673	(5.875)
2.005	Abr/2025	Açúcar	17,68	1.967	-
1.490	Jun/2025	Açúcar	18,41	572	(5)
1.053	Set/2025	Açúcar	17,37	882	-
2.352	Fev/2026	Açúcar	20,76	66	(1.488)
41.205			22,31	22.975	(28.911)

31 de dezembro de 2023

<i>Notional</i>	Vencimento	Indexador de proteção	Taxa média contratada (libra/peso)	Valor justo do Ativo	Valor justo do Passivo
33.600	Jan/2023	Açúcar	19,50	162	(30)
1.232.000	Fev/2023	Açúcar	14,99	19.889	(441)
78.400	Mar/2023	Açúcar	18,19	482	(327)
235.200	Abr/2023	Açúcar	17,54	1.793	(676)
145.600	Jun/2023	Açúcar	17,08	785	(124)
78.400	Set/2023	Açúcar	16,57	609	(153)
683.200	Fev/2024	Açúcar	15,05	9.707	(395)
89.600	Abr/2024	Açúcar	16,39	331	-
100.800	Jun/2024	Açúcar	16,02	319	-
22.400	Fev/2025	Açúcar	16,30	28	-
22.400	Abr/2025	Açúcar	16,00	8	-
2.721.600			16,69	34.113	(2.146)

31 de dezembro de 2022

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

21.4. Gerenciamento de riscos financeiros--Continuação

v) Risco de preço de commodities--Continuação

	<i>Notional</i>	Vencimento	Indexador de proteção	Taxa média contratada (dólar/tonelada)	Valor justo do Ativo	Valor justo do Passivo
	300	Fev/2024	Alumínio	2.286,61	128	(9)
	275	Mar/2024	Alumínio	2.281,95	132	(2)
	250	Abr/2024	Alumínio	2.293,27	122	-
	200	Mai/2024	Alumínio	2.500,00	-	(4)
	200	Jun/2024	Alumínio	2.555,00	-	(6)
	200	Jul/2024	Alumínio	2.274,22	131	-
	50	Ago/2024	Alumínio	2.284,54	132	-
	25	Set/2024	Alumínio	2.288,45	140	-
	25	Out/2024	Alumínio	2.348,00	25	-
31 de dezembro de 2023	<u>1.525</u>			<u>2.349,39</u>	<u>810</u>	<u>(21)</u>

	<i>Notional</i>	Vencimento	Indexador de proteção	Taxa média contratada (dólar/tonelada)	Valor justo do Ativo	Valor justo do Passivo
	50	Dez/2022	Alumínio	2.727,00	-	(88)
	100	Fev/2023	Alumínio	2.363,55	-	(17)
	125	Mar/2023	Alumínio	2.340,99	-	(5)
	175	Abr/2023	Alumínio	2.581,82	-	(204)
	25	Mai/2023	Alumínio	2.504,50	-	(15)
	25	Jun/2023	Alumínio	2.508,50	-	(14)
	50	Jul/2023	Alumínio	2.656,50	-	(69)
31 de dezembro de 2022	<u>550</u>			<u>2.526,12</u>	<u>-</u>	<u>(412)</u>

vi) Risco de liquidez

Risco de liquidez pode ser definido como a possibilidade de a Companhia e suas controladas não serem capazes de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Visando assegurar o cumprimento de suas obrigações financeiras, a Companhia e suas controladas observam critérios específicos para: (i) mensuração e manutenção de um saldo mínimo de disponibilidades e aplicações financeiras "caixa mínimo"; (ii) destinação deste saldo em investimentos financeiros; e (iii) contratação de novas operações.

A seguir, estão apresentadas as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

21.4. Gerenciamento de riscos financeiros--Continuação

vi) Risco de liquidez--Continuação

Passivos financeiros	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 10 anos
Fornecedores	1.523.679	1.558.447	1.558.447	-	-
Fornecedores - risco sacado	268.142	272.446	272.446	-	-
Empréstimos e financiamentos	1.227.045	1.241.532	69.403	177.514	994.615
Debêntures	27.708	27.695	27.695	-	-
Subvenções governamentais	9.922	11.285	5.442	3.006	2.837
Instrumentos financeiros derivativos	36.102	36.102	36.102	-	-
Partes relacionadas	40.898	40.898	40.898	-	-
Passivo de arrendamento	177.636	245.710	67.431	48.469	129.810
Em 31 de dezembro de 2023	3.311.132	3.434.115	2.077.864	228.989	1.127.262

Passivos financeiros	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 10 anos
Fornecedores	1.129.531	1.138.986	1.138.986	-	-
Empréstimos e financiamentos	1.051.900	1.092.145	433.832	33.309	625.004
Debêntures	83.176	92.739	63.757	28.982	-
Subvenções governamentais	24.066	26.707	14.366	-	12.341
Instrumentos financeiros derivativos	29.313	29.313	29.313	-	-
Partes relacionadas	80.430	80.430	80.430	-	-
Passivo de arrendamento	105.508	131.834	39.803	32.393	59.638
Em 31 de dezembro de 2022	2.503.924	2.592.154	1.800.487	94.684	696.983

21.5. Contabilidade de *hedge*

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz dos *hedges* de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido como outros resultados abrangentes e posteriormente reclassificada para o resultado quando o item de *hedge* afetar o resultado.

Para fins de contabilidade de "*hedge*" (*hedge accounting*) existem as seguintes classificações:

- *Hedge* de valor justo, ao fornecer proteção contra a exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas--Continuação

Em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

21.5. Contabilidade de *hedge*--Continuação

- *Hedge* de fluxo de caixa, ao fornecer proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado; e
- *Hedge* de investimento líquido numa unidade operacional estrangeira.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Contratos de swap:		
Ativo		
Libor x CDI	32.492	-
Passivo		
IPCA x CDI	(190)	(22.373)
Subtotal swap	32.302	(22.373)
Contratos de termo/NDF:		
Ativo		
Compra a termo de mercadorias	22.975	34.113
Compra a termo de moeda	1.334	3.014
Contratos a termo de alumínio	810	-
Passivo		
Compra a termo de mercadorias	(28.911)	(2.146)
Compra a termo de moeda	(6.980)	(4.382)
Contratos a termo de alumínio	(21)	(412)
Subtotal termo	(10.793)	30.187
Total	21.509	7.814

Os efeitos das relações de *hedge* de fluxo de caixa formalmente designadas estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Ajustes de valor justo - ganhos reconhecidos no patrimônio líquido	(357.104)	(98.647)
Ajuste de valor justo - perdas reconhecidas no patrimônio líquido	378.114	121.495
Efeito tributário sobre o valor justo do instrumento de <i>hedge</i>	(15.220)	(6.805)
Reclassificação do patrimônio líquido para o resultado	23.579	(8.779)
	29.369	7.264

A parte eficaz do ganho ou perda do investimento de "*hedge*" é reconhecida diretamente no patrimônio líquido como outros resultados abrangentes, enquanto a parte ineficaz do "*hedge*" é reconhecida no resultado do exercício.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

21.6. Análise de sensibilidade

A Administração da Companhia e suas controladas efetuaram a análise do impacto das variações das taxas de juros sobre os valores de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, instrumentos financeiros derivativos, empréstimos e financiamentos e debêntures. A dívida foi segregada em três partes, dívidas atreladas ao CDI, dívidas atreladas ao IPCA, e à SELIC, as quais podem ter movimentações distintas de acordo com a taxa inerente.

Esse estudo utilizou como base a taxa efetiva DI que em 31 de dezembro de 2023 era 11,65% a.a., impactando proporcionalmente as dívidas e aplicações financeiras da Companhia. Sobre o IPCA, o cenário considerado provável pela Companhia é de manutenção da taxa de 4,62% a.a. em 31 de dezembro de 2023. Sobre a TJLP, o cenário considerado pela Companhia é a manutenção da taxa de 6,53% a.a.

Para as subvenções governamentais, nos estados de Alagoas, Ceará e Rio Grande do Norte não há atualização da parcela financiada e no estado do Maranhão é 100% do IGPM.

Operações	Saldo contábil em 31/12/2023	Risco (taxa)	Cenário provável	Cenário I	Cenário II
				25%	50%
Equivalentes de caixa	787.534	Baixa do CDI	84.896	63.672	42.448
Aplicações financeiras	22.653	Baixa do CDI	2.639	1.980	1.320
Conta vinculada	15.878	Baixa do CDI	1.884	1.413	942
Empréstimos e financiamentos	1.227.045	Alta do CDI	(89.367)	(111.709)	(134.051)
Debêntures	27.708	Alta do CDI	(3.492)	(4.364)	(5.237)
Exposição líquida (despesas financeiras)			(3.440)	(49.008)	(94.578)

A Companhia não apresenta instrumentos financeiros suscetíveis à variação cambial ou do preço da “commodity”, uma vez que mediante contratação de operações a termo “Non-Deliverable Forward - NDF” e ordens de compra tem um preço travado para o valor futuro. Entretanto, é possível que o valor de mercado do dólar ou das “commodities” oscile para baixo, isto é, abaixo das taxas contratadas. A administração da Companhia considera como um risco a possibilidade de pagar taxas acima do mercado devido à compra antecipada das operações em termo ou opção. Embora essas oscilações não afetem as Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas, a Administração realizou uma análise de sensibilidade dos contratos firmados em 31 de dezembro de 2023 com a possibilidade da redução do valor a mercado de dólar, açúcar e alumínio em 25% e 50%. Segue abaixo:

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

21.6. Análise de sensibilidade--Continuação

Os efeitos das relações de *hedge* de fluxo de caixa formalmente designadas estão demonstrados a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Ajustes de valor justo – ganhos reconhecidos no patrimônio líquido	(98.647)	669
Ajuste de valor justo – perdas reconhecidas no patrimônio líquido	121.495	(31.761)
Efeito tributário sobre o valor justo do instrumento de <i>hedge</i>	(6.805)	10.573
Reclassificação do patrimônio líquido para o resultado	(8.779)	2.231
	7.264	(18.288)

A parte eficaz do ganho ou perda do investimento de “*hedge*” é reconhecida diretamente no patrimônio líquido como outros resultados abrangentes, enquanto a parte ineficaz do “*hedge*” é reconhecida no resultado do exercício.

A Administração da Companhia e suas controladas efetuaram a análise do impacto das variações das taxas de juros sobre os valores de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, instrumentos financeiros derivativos, empréstimos e financiamentos e debêntures. A dívida foi segregada em três partes, dívidas atreladas ao CDI, dívidas atreladas ao IPCA, e à SELIC, as quais podem ter movimentações distintas de acordo com a taxa inerente.

Esse estudo utilizou como base a taxa efetiva DI que em 31 de dezembro de 2022 era 13,65% a.a., impactando proporcionalmente as dívidas e aplicações financeiras da Companhia. Sobre o IPCA, o cenário considerado provável pela Companhia é de manutenção da taxa de 5,61% a.a. em 31 de dezembro de 2022. Sobre a TJLP, o cenário considerado pela Companhia é a manutenção da taxa de 7,37% a.a.

Para as subvenções governamentais, nos estados de Alagoas, Ceará e Rio Grande do Norte não há atualização da parcela financiada e no estado do Maranhão é 100% do IGPM.

Operações	Saldo contábil em 31/12/2022	Risco (taxa)	Cenário provável	Cenário I 25%	Cenário II 50%
Equivalentes de caixa	914.151	Baixa do CDI	119.190	89.393	59.595
Aplicações financeiras	14.527	Baixa do CDI	1.959	1.469	980
Conta vinculada	30.200	Baixa do CDI	4.079	3.059	2.040
Empréstimos e financiamentos	1.051.900	Alta do CDI	(89.367)	(111.709)	(134.051)
Debêntures	83.176	Alta do CDI	(12.271)	(15.339)	(18.407)
Exposição líquida (despesas financeiras)			23.590	(33.127)	(89.843)

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

21.6. Análise de sensibilidade--Continuação

Balança	Commodities	Notional	Taxa Contratada	Provável	Redução da Taxa MTM	
					25%	50%
Ativo	USD/BRL	30.150	4,92	1.334	(36.068)	(73.470)
Passivo	USD/BRL	68.850	5,03	(6.980)	(91.517)	(176.527)
Ativo	Açúcar	123.861	22,31	22.975	15.503	10.335
Passivo	Açúcar	63.125	22,31	(28.911)	(36.139)	(43.367)
Ativo	Alumínio	1.350	2.349,39	810	(3.140)	(7.112)
Passivo	Alumínio	175	2.349,39	(21)	(536)	(1.050)

22. Subvenções governamentais

A Companhia possui incentivos fiscais estaduais e federais enquadrados em determinados programas de desenvolvimento industrial na forma de subvenções governamentais que têm natureza de subvenções para investimento, sendo todas monetárias e registradas pelos seus valores nominais.

As subvenções para investimento são de caráter oneroso (em função de determinadas condições) e concedidas por prazo específico. Para a valoração das subvenções para investimento que deve transitar no resultado, a Companhia utiliza o regime de competência reconhecendo as subvenções independentemente do momento em que as realiza em termos financeiros.

Incentivos fiscais federais

A Companhia é beneficiária de incentivos fiscais de redução do imposto de renda. Esses incentivos possuem alíquotas de reduções de até 75% e prazos de validade de até 10 anos dependendo do produto e da unidade de fabricação.

Os incentivos são calculados sobre o lucro da exploração decorrente da ampliação e modernização parcial de sua capacidade instalada. Os incentivos fiscais do imposto de renda são reconhecidos mensalmente no resultado do exercício na data de sua apuração.

Incentivos fiscais estaduais

A Companhia possui regimes especiais de tributação relativos ao ICMS concedido pelos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Mato Grosso, Pernambuco e Rio Grande do Norte que implicam na redução de carga tributária nesses Estados, em contrapartida a diversos compromissos assumidos pela Companhia. A Companhia tem atendido sistematicamente essas exigências.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas--Continuação

Em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

22. Subvenções governamentais--Continuação

Incentivos fiscais estaduais--Continuação

A partir de fevereiro de 2022, com a combinação de negócios firmada entre a Companhia e a SIPASA, a Companhia passou a fazer jus à fruição dos incentivos Estaduais dos Estados do Amazonas, Pará e Rondônia.

Os financiamentos incentivados registrados líquidos dos abatimentos recebidos têm a seguinte composição:

Indexadores	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Estado de Alagoas - Prodesin	2.782	3.222	6.004	3.367	5.010	8.377
Estado do Maranhão - Sincoex	655	-	655	2.756	678	3.434
Estado do Ceará - Provin	1.787	1.476	3.263	7.773	4.482	12.255
	5.224	4.698	9.922	13.896	10.170	24.066

Os financiamentos incentivados tiveram as seguintes movimentações no exercício:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	24.066	35.486
Captações com parcela dilatada	808	1.145
Captações incentivadas	596.933	426.939
Juros apropriados	161	1.152
Amortização de principal	(13.973)	(14.581)
Juros pagos	(2.588)	(1.115)
Subvenções incentivadas	(596.933)	(426.939)
Ajuste a valor presente	1.448	1.979
Saldo final	9.922	24.066

Os financiamentos incentivados não circulantes têm os seguintes vencimentos:

Vencimentos	31/12/2023	31/12/2022
2024	-	6.847
2025	2.583	2.145
2026	1.630	1.178
2027 em diante	485	-
	4.698	10.170

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas--Continuação

Em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

23. Ações Preferenciais Resgatáveis - APRs

Banco	Data de subscrição	Data de vencimento	Tipo de emissão	Valor da emissão	Encargos financeiros anuais	Taxa efetiva	Controladora		Consolidado	
							2023	2022	2023	2022
Itaú	31/08/2018	30/04/2027	APR	45.475.542	CDI	4,40%	170.875	391.699	170.875	391.699
Circulante							35.875	76.699	35.875	76.699
Não circulante							135.000	315.000	135.000	315.000

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de maio de 2018, os acionistas deliberaram a criação e emissão de 45.475.542 Ações Preferenciais Resgatáveis (APRs) no valor de R\$450.000 mil. Essas ações têm o direito de dividendos prioritários e fixos corrigidos pela variação de 100% do DI - Depósito Interfinanceiro, porém sem direito a voto nas decisões da Companhia exceto nas matérias previstas na Lei das S.A.

As ações preferenciais foram subscritas integralmente em 31 de agosto de 2018 pelo Itaú Unibanco S.A.

As APRs são resgatáveis, conforme foi estabelecido no Acordo de Investimentos, no Acordo de Acionistas e no Estatuto Social da Companhia. O resgate dessas ações poderá se dar de maneira programada, obedecendo as regras de amortização descritas abaixo, ou também poderá ser feito antecipadamente, de forma voluntária ou compulsória.

As ações preferenciais da controladora tiveram as seguintes movimentações nos exercícios:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	391.699	419.896
Provisão de juros	39.908	44.362
Resgastes principal (a)	(202.500)	(45.000)
Resgastes juros	(58.121)	(27.559)
Saldo final	170.875	391.699

- a) Empresa em 2023 deliberou em Assembleia os resgastes antecipado das ações preferencias no montante de R\$ 202.500, sendo no dia 27 de abril de 2023 na AGO o valor de R\$ 45.000, no dia 21 de julho de 2023 na AGE o valor de R\$ 45.000 e no dia 20 de dezembro na AGE o valor de R\$ 112.500.

O Cronograma de resgate de ações está assim definido:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
2024	-	45.000	-	45.000
2025	-	45.000	-	45.000
2026	45.000	67.500	45.000	67.500
2027	90.000	157.500	90.000	157.500
Longo prazo	135.000	315.000	135.000	315.000

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia registrou o valor de R\$ 39.908 (R\$ 44.362 em 2022) referente à remuneração das APRs em seu resultado financeiro.

Em Assembleia Geral e Extraordinária foi aprovado o pagamento no montante de R\$ 58.232 em 2023 (R\$ 27.559 em 2022) de remuneração das ações preferenciais resgatáveis (APRs).

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas--Continuação

Em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

24. Provisão para contingências e depósitos judiciais

No curso normal de suas operações, a Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e administrativas que envolvem questões tributárias, trabalhistas, cíveis e de outras naturezas perante tribunais e órgãos governamentais.

Periodicamente, a Administração avalia os riscos cíveis, trabalhistas e tributários, tendo como base fundamentos jurídicos, econômicos e tributários com o objetivo de classificá-los segundo suas chances de perda em prováveis, possíveis ou remotas. A análise é feita em conjunto com os escritórios de advocacia que patrocinam as causas da Companhia e suas controladas.

Desses, somente os riscos classificados como prováveis são provisionados em valores considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas--Continuação

Em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

24. Provisão para contingências e depósitos judiciais--Continuação

As provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários registradas representam a melhor estimativa da Administração quanto aos riscos de perda envolvidos.

Existem situações em que a Companhia e suas controladas questionam a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas apresentavam as seguintes provisões para contingências e depósitos judiciais relacionados aos processos cíveis, trabalhistas e tributários:

	Depósitos judiciais		Provisão para processos judiciais	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhistas	40.804	46.232	167.413	161.737
Cíveis	37.351	27.712	87.238	78.689
Tributárias (a)	185.276	161.692	146.941	121.186
	263.431	235.636	401.592	361.612

(a) Cabe elucidar que a Companhia e suas controladas possuem processos tributários em trâmite na esfera judicial. Esses processos, apesar de possuírem prognósticos possíveis ou remotos, devem ser garantidos para dar continuidade à discussão tributária junto ao Poder Judiciário e garantir a suspensão da exigibilidade do crédito tributário e/ou manutenção da regularidade da Companhia e de suas controladas. Conforme determina o art. 855 da Lei nº 13.105/2015 e o art. 9º da Lei nº 6.830/1980, a Companhia e suas controladas utilizam das três principais modalidades de garantia judicial: depósito judicial, fiança bancária ou seguro garantia judicial.

i) Movimentação da provisão para contingências

	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	159.462	65.214	92.079	316.755
Aporte de controladas	12.231	5.169	4.699	22.099
Provisão/reversão	24.707	(5.549)	13.907	33.065
Atualização	14.495	14.578	7.500	36.573
Pagamento/outros	(49.158)	(723)	3.001	(46.880)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	161.737	78.689	121.186	361.612
Provisão/reversão	32.263	1.754	8.623	42.640
Atualização	18.876	8.428	17.424	44.728
Pagamento/outros	(45.463)	(1.633)	(292)	(47.388)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	167.413	87.238	146.941	401.592

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

24. Provisão para contingências e depósitos judiciais--Continuação

ii) Naturezas dos processos

Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia figura como réu em 1.516 processos (1.624 em 31 de dezembro de 2022) de natureza trabalhista cuja probabilidade de perda é classificada como provável no valor de R\$167.413 em 31 de dezembro de 2023 (R\$161.737 em 31 de dezembro de 2022). As principais matérias discutidas nos processos trabalhistas envolvem pedidos relacionados à jornada de trabalho (hora extra; intervalos intrajornada e interjornada; e respectivos reflexos), à indenização por acidente de trabalho ou à doença ocupacional, ao modelo de remuneração, à indenização por danos morais e materiais.

Cíveis

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia figura como réu em 243 processos (248 em 31 de dezembro de 2022) de natureza cível cuja probabilidade de perda é classificada como provável no valor de R\$87.238 em 31 de dezembro de 2023 (R\$78.689 em 31 de dezembro de 2022). A maioria das ações cíveis envolvem problemas usuais e peculiares do negócio, relativos a pedidos de indenização por inscrição indevida nos órgãos de proteção ao crédito, às ações de rescisão de cláusulas de contratos de distribuição e ações de reparação de danos.

Tributários

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, as provisões para processos judiciais tributários estão demonstradas conforme segue:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Processos judiciais	Depósitos judiciais	Processos judiciais	Depósitos judiciais
PIS/COFINS	-	5.113	-	4.650
ICMS	56.886	64.194	37.010	51.533
INSS	88.439	87.499	81.732	80.475
IRPJ	-	3.279	-	-
IPI	-	17.364	-	15.174
Outros	148	6.359	948	8.365
Total	145.473	183.808	119.690	160.197

Passivos contingentes - risco de perda possível

Adicionalmente às provisões constituídas, a Companhia e suas controladas possuem diversas contingências trabalhistas, cíveis e tributárias em andamento nas quais figuram no polo passivo e cuja perda, segundo a opinião da Administração, apoiada pelos seus consultores jurídicos internos e externos, é possível conforme demonstrado no quadro abaixo:

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

24. Provisão para contingências e depósitos judiciais—Continuação

ii) Naturezas dos processos--Continuação

Passivos contingentes - risco de perda possível--Continuação

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Tributária	3.124.796	2.870.390	6.182.338	5.428.265
Cíveis	-	-	256.692	266.683
Trabalhistas	-	-	67.293	81.329
	3.124.796	2.870.390	6.506.323	5.776.277

Apresentamos abaixo os principais processos possíveis existentes em 31 de dezembro de 2023:

Exigibilidade do IRPJ e CSLL sobre o ganho de capital

Em 9 de novembro de 2018, a Companhia foi intimada no auto de infração da Receita Federal do Brasil 0130100.2017.00282 para exigir IRPJ e CSLL, acrescidos de multa de 150% e de juros de mora, relativos ao ano-calendário de 2013, sobre o ganho de capital supostamente auferido no contexto da reestruturação envolvendo empresas do dominado “Sistema Coca-Cola” na região Nordeste, no Estado de Mato Grosso e em parte dos Estados de Tocantins e Goiás. Exige-se também a multa isolada de 50% pelo não recolhimento de estimativas mensais de IRPJ e CSLL.

A Companhia protocolou impugnação através dos seus consultores jurídicos e classificaram a probabilidade de perda como possível no montante de R\$ 3.124.796 no Processo Administrativo 10166.731026/2018-00. Em 30/05/2019, foi proferida decisão de 1º instância desfavorável. Contra a decisão, a Companhia interpôs recurso voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF). Na sessão realizada no dia 14/03/2024, o CARF decidiu anular a decisão de 1º instância para que ela enfrentasse todos os argumentos de defesas apresentados na impugnação..

Auto de Infração lavrado por utilização indevida do crédito presumido do PRODEPE.

O Auto de Infração tem como acusação: utilização indevida do crédito presumido do PRODEPE, pois, no exercício de 2019, estaria impedida de utilizar o referido benefício em razão de suposto não recolhimento integral do ICMS normal e do ICMS-ST.

A Administração, apoiada pelos seus consultores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível no montante atualizado de R\$192.581 (R\$173.546 em 31 de dezembro de 2022).

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

24. Provisão para contingências e depósitos judiciais—Continuação

ii) Naturezas dos processos--Continuação

Incidência de tributos federais sobre incentivos fiscais concedidos pelos Governos Estaduais.

Autos de Infração lavrados para exigir IRPJ e CSLL acrescidos de multa de ofício e juros de mora relativos ao ano-calendário de 2013 em razão de suposta:

- (i) Falta de adição para fins de determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL, de parcela de dividendos distribuídos oriundos do recebimento de subvenções governamentais; e
- (ii) Dedução de despesas financeiras e com o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF) relativas a empréstimo bancário.

A fiscalização entendeu ainda que as infrações mencionadas em (i) e (ii) acima levaram ao pagamento a menor de estimativas mensais de IRPJ e CSLL, razão pela qual também foram lançadas multas isoladas, correspondentes a 50% das estimativas que supostamente deixaram de ser recolhidas no referido exercício.

A Administração, apoiada pelos seus consultores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível no montante atualizado de R\$170.441 (R\$157.021 em 31 de dezembro de 2022).

Auto de Infração por aproveitamento indevido de PIS/COFINS

Auto de Infração exigindo PIS, COFINS, multa e juros por aproveitamento indevido de crédito e falta de recolhimento das contribuições sobre os valores recebidos a título de rateio de despesas. Valor envolvido atualizado corresponde a R\$122.951 (R\$115.620 em 31 de dezembro de 2022).

Multa por não instalação do Sistema Medidor de Vazão (SMV)

No final de 2007, a Unidade Simões Filho / BA iniciou a operação de uma nova linha de produção, mas só teve homologado o Sistema Medidor de Vazão (SMV) para controle da produção no final de 2008. Ao identificar a ocorrência, a Receita Federal do Brasil aplicou multa da ordem de R\$35 milhões sob o fundamento de que não era possível iniciar a produção antes da homologação do SMV.

A multa aplicada foi contestada por duas razões: primeiro, houve erro na apuração do valor já que foi adotada como base valor equivocado da produção; segundo, a multa no valor em que foi aplicada é desproporcional à infração apurada, em especial porque não foi apontada nenhuma irregularidade na apuração dos tributos devidos.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

24. Provisão para contingências e depósitos judiciais --Continuação

ii) Naturezas dos processos--Continuação

Multa por não instalação do Sistema Medidor de Vazão (SMV)--Continuação

A Administração, apoiada pelos seus consultores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível no montante atualizado de R\$108.987 (R\$101.167 em 31 de dezembro de 2022).

Execução fiscal de débitos de IRPJ e CSLL

Execução fiscal ajuizada para exigir supostos débitos de IRPJ e CSLL acrescidos de multa isolada de 150% decorrentes da amortização de ágio no período de 2007 a 2010.

A Administração, apoiada pelos seus consultores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível no montante atualizado de R\$108.427 (R\$102.139 em 31 de dezembro de 2022).

Auto de Infração sobre apresentação de EFD-ICMS/IPI

Apresentação de EFD-ICMS/IPI com informações inexatas, incompletas ou omitidas em relação aos fatos geradores ocorridos entre 30/11/2013 e 20/03/2015.

A Administração, apoiada pelos seus consultores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível no montante atualizado de R\$87.981 (R\$80.135 em 31 de dezembro de 2022).

Incidência de tributos federais sobre incentivos fiscais concedidos pelos Governos Estaduais

Tem sido bastante discutida a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os incentivos fiscais concedidos pelos Governos Estaduais na forma de redução do ICMS como estímulo à implantação e manutenção de indústria nos Estados concedentes.

A Receita Federal do Brasil entende que apenas os incentivos fiscais qualificados como “subvenções para investimento”, e desde que atendidos diversos requisitos formais, não sofreriam a incidência do IRPJ e da CSLL. Por isso, vem atuando as empresas beneficiárias de incentivos fiscais estaduais sistematicamente.

Em novembro de 2017 foi publicada a Lei Complementar nº 160 e a tendência é encerrar a discussão já que em seu texto ficou definido que os incentivos fiscais vinculados ao ICMS concedidos pelos Estados serão qualificados como “subvenção para investimentos” e não serão tributados pela RFB (em especial IRPJ e CSLL) se forem validados na forma prevista naquele normativo.

A Administração, apoiada pelos seus consultores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível no montante atualizado de R\$85.804 (R\$78.761 em 31 de dezembro de 2022).

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

24. Provisão para contingências e depósitos judiciais --Continuação

ii) Naturezas dos processos--Continuação

Auto de Infração para cobrança de débitos de ICMS-ST

Auto de Infração nº 18203510000006-8 lavrado pelo Estado do Pará que cobra supostos débitos de ICMS-ST no período de 02/2018 a 12/2018 nos casos em que o valor da operação própria praticada foi superior a 75% do PMPF estabelecido para a mercadoria. Valor envolvido atualizado corresponde a R\$85.103.

Execução fiscal de débitos de IRPJ

Execução Fiscal que tem por objeto a cobrança de IRPJ e reflexos em razão da subvenção de ICMS. Valor envolvido atualizado corresponde a R\$71.028 (R\$72.191 em 31 de dezembro de 2022).

Ação anulatória de autos de infração

Ação anulatória visando desconstituir os autos de infração que cobram o ICMS/ST recolhido supostamente a menor nos períodos compreendidos entre set/2016 a dez/2016 e mai/2017 a out/2017. A exigência decorre da divergência de base de cálculo utilizada para fins de cálculo do ST: a empresa utilizou pauta fiscal e o fisco entende que deveria ser margem de valor agregado - MVA.

Pontos de defesa: A ação anulatória procura a proteção jurisdicional, diante da ilegalidade, inconstitucionalidade e arbitrariedade do Réu em permanecer com a acusação fiscal, diante da ofensa ao princípio constitucional da anterioridade e legalidade, da impossibilidade de adoção de um regime híbrido para definição da base de cálculo do ICMS-ST e incompetência da Resolução 11/2016 para instituí-lo.

A Resolução Administrativa nº 11/2016 foi publicada em 31/05/2016, alterando a regra da determinação da base de cálculo do ICMS-ST de forma a majorá-la, produzindo efeitos, segundo a referida norma, a partir de 1º de junho de 2016 e, ferindo, assim, o princípio da anterioridade.

A referida Resolução prevê o regime híbrido para determinação da base de cálculo do ICMS-ST, adotando, ao mesmo tempo, o preço de pauta (preço ao consumidor final usualmente praticado no mercado) e a margem de valor agregado (MVA), aplicando sempre o que for mais favorável ao Estado (norma gatilho).

A Administração, apoiada pelos seus consultores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível no montante atualizado de R\$66.312 (R\$59.827 em 31 de dezembro de 2022).

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

24. Provisão para contingências e depósitos judiciais --Continuação

ii) Naturezas dos processos--Continuação

Auto de Infração para cobrança de débitos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS

Auto de infração lavrado para fins de cobrança de débitos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS supostamente incidentes sobre as subvenções concedidas à Companhia pelo Estado do Pará. Valor envolvido atualizado corresponde a R\$61.102 (R\$69.079 em 31 de dezembro de 2022).

25. Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido

A Companhia e suas controladas, fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconhecem os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O imposto de renda diferido foi registrado à alíquota de 15% com o adicional de 10%. A contribuição social diferida foi registrada à alíquota de 9%.

O imposto de renda e contribuição social diferidos apresentam as seguintes naturezas:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Ativo		
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	49.277	53.890
Provisão para perdas esperadas com contas a receber	4.762	5.076
Provisão para contingências	135.978	118.133
Provisões para perdas e outras	86.895	69.103
	276.912	246.202
Passivo		
Derivativos	16.008	7.954
Mais valia e intangíveis decorrentes de combinação de negócios	713.998	752.367
Ajuste a valor presente de ativos e passivos, líquido	3.986	3.813
Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS (Nota 9)	7.725	7.725
Provisão para perdas e outras	65.041	20.556
	806.758	792.415
Saldos classificados no:		
Ativo	53.530	62.514
Passivo	583.376	608.727
Imposto de renda e contribuição social diferido, líquido	529.846	546.213

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

25. Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido--Continuação

A movimentação dos saldos de tributos e contribuições sociais diferidos é a seguinte:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Saldo inicial	546.213	78.287
Aporte das controladoras	-	35.765
Impacto no resultado do exercício	(1.147)	(91.349)
Impacto no patrimônio líquido (mais valia)	-	530.315
Impacto no patrimônio líquido (Outros resultados abrangentes)	(15.220)	(6.805)
Saldo final	<u>529.846</u>	<u>546.213</u>

Uso de estimativas

Com base no estudo técnico das gerações de lucros tributários futuros e estimativas da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia estima a realização dos tributos diferidos ativos nos seguintes exercícios:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
≤ 01	122.871	98.999
> 01 e ≤ 05	115.600	107.298
> 05 e ≤ 10	38.441	39.905
	<u>276.912</u>	<u>246.202</u>

Os valores reconhecidos correspondem as melhores estimativas da Companhia, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento tributário.

A Companhia prepara anualmente seu plano estratégico para os anos seguintes, no qual projeta os resultados operacionais e financeiros futuros para a Companhia, baseados em uma visão macroeconômica que leva em consideração aspectos como crescimento econômico do país, taxa básica de juros, inflação, índice de alavancagem, demanda por seus produtos. Com base nessas projeções, estudos técnicos conservadores de viabilidade de realização dos créditos fiscais diferidos da Companhia são realizados.

O estudo de realização dos créditos fiscais diferidos é realizado considerando a capacidade de absorção anual projetada das diferenças temporárias e do prejuízo fiscal acumulado, observada na estimativa de lucros tributáveis futuros, juntamente com suas estratégias de planejamento tributário.

A Companhia e suas controladas, com base em projeções realizadas e aprovadas pela Administração relativas à estimativa de lucros tributáveis futuros, reconheceram os créditos tributários sobre prejuízos fiscais de períodos anteriores e diferenças temporárias que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros tributáveis. A utilização dos créditos tributários é revisada anualmente.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas--Continuação

Em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

25. Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido--Continuação

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Corrente		
Imposto de renda	(183.634)	(206.071)
Redução de incentivo fiscal (Nota 22)	132.412	161.118
Contribuição social	(67.438)	(75.908)
	(118.660)	(120.861)
Diferidos		
Imposto de renda	60	51.204
Contribuição social	1.087	40.145
	1.147	91.349
	(117.513)	(29.512)

A conciliação da despesa do imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.113.434	762.203
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal (34%)	(378.568)	(259.149)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:		
Redução de incentivo fiscal de imposto de renda	132.412	161.566
Resultado de incentivos fiscais exercícios anteriores	(86.941)	(44.864)
Provisão incentivo fiscal da Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS (a)	-	(61.275)
Equivalência patrimonial	7.485	3.483
Exclusão de incentivos fiscais de ICMS	202.957	167.163
Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS - Financeiras	5.129	16.791
Outras exclusões (adições), líquidas	13	(13.227)
	(117.513)	(29.512)
Alíquota efetiva	10,55%	3,87%

(a) Reversão da provisão do incentivo fiscal de IR/CS sobre a parcela reconhecida em 2021.

26. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social é de R\$533.671, composto por 396.243.557 ações nominativas ordinárias, todas sem valor nominal, conforme composição a seguir (em milhares de ações):

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas--Continuação

Em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

26. Patrimônio Líquido--Continuação

a) Capital social--Continuação

<u>Acionista</u>	<u>Ações ordinárias</u>	<u>Capital votante (%)</u>
Refrigerantes do Noroeste Participações S.A.	37.643	9,50%
Forsab Investments (Proprietary) Limited	94.164	23,76%
Manchioneel Investment Holding S.A.R.L.	28.274	7,14%
Holdco 0 Participações S.A.	198.519	50,10%
Calila Investimentos S.A.	37.644	9,50%
	<u>396.244</u>	<u>100,00%</u>

b) Reservas de lucros

i) *Reserva legal*

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo dessa reserva era R\$106.734 (R\$106.734 em 2022).

ii) *Retenção de lucros*

Em 27/04/2023, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária a distribuição de dividendos no montante de R\$ 199.027. Em 21/06/2023 foi deliberado em Assembleia Geral Extraordinária a distribuição de dividendos no montante de R\$ 25.480. Em 11/10/2023 foi deliberado em Assembleia Geral Extraordinária a distribuição no montante R\$ 159.672. Adicionalmente em 20 de dezembro de 2023 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária a distribuição no montante de R\$ 241.201. Todos os valores deliberados foram pagos durante o exercício de 2023.

Em 31 de Dezembro de 2023, o saldo da reserva era de R\$ 366.200(R\$ 426.934 em 2022)

iii) *Reserva de lucros a realizar*

Reserva constituída para destinar o excesso entre dividendos mínimos obrigatórios e lucro líquido realizado em períodos anteriores. Em 31 de Dezembro de 2023, o saldo da reserva era de R\$ 1.454.788 (R\$ 1.568.201 em 2022).

c) Destinação dos lucros

O Estatuto Social da Companhia assegura aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios, equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, como previsto na Lei nº 6.404/76.

A movimentação dos dividendos no exercício foi a seguinte:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Saldo inicial	85.033	36.684
Provisões:		
Dividendos adicionais propostos	540.347	61.017
Dividendo mínimo obrigatório	122.067	85.033
Pagamentos:		
Dividendos distribuídos	(625.380)	(97.701)
Saldo final	<u>122.067</u>	<u>85.033</u>

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas--Continuação

Em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

27. Receita operacional líquida

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Receita bruta de vendas		
Não alcoólicos	11.390.259	9.524.997
Alcoólicos	1.583.020	1.395.439
	12.973.279	10.920.436
Deduções da receita bruta		
(-) Deduções e abatimentos de vendas de produtos e revendas	(311.647)	(288.867)
(-) Impostos sobre o faturamento	(3.004.789)	(2.492.782)
	(3.316.436)	(2.781.649)
Receita operacional líquida	9.656.843	8.138.787

28. Custo dos produtos vendidos

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Matérias-primas e embalagens	(5.063.850)	(4.482.235)
Pessoal	(251.861)	(207.121)
Depreciação e amortização	(208.139)	(153.283)
Materiais e serviços de manutenção	(140.709)	(122.259)
Custos gerais	(232.056)	(165.783)
Total de custos dos produtos vendidos	(5.896.615)	(5.130.681)

29. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Salários e encargos	-	-	(133.378)	(116.617)
Outras despesas com pessoal	-	-	(83.092)	(86.118)
Depreciação e amortização	-	-	(163.728)	(156.216)
Aluguéis, seguros, materiais e manutenção	-	-	(38.238)	(40.182)
Serviços de terceiros	(1.021)	(598)	(106.924)	(165.159)
Água, energia e telecomunicação	-	-	(36.936)	(33.688)
Outras despesas	(40)	(27)	(31.251)	(29.613)
Total de despesas gerais e administrativas	(1.061)	(625)	(593.547)	(627.593)

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas--Continuação

Em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

30. Despesas com vendas

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Salários e encargos	(629.819)	(544.768)
Outras despesas com pessoal	(274.551)	(236.476)
Depreciação e amortização	(197.987)	(152.807)
Aluguéis, seguros, materiais e manutenção	(327.197)	(322.874)
Serviços de terceiros	(225.635)	(100.207)
Despesas e serviços com marketing	(113.620)	(63.640)
Água, energia e telecomunicação	(21.411)	(17.707)
Outras despesas	(80.190)	(34.079)
Total de despesas com vendas	(1.870.410)	(1.472.558)

31. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Repasse de gastos corporativos	-	(2.157)
Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS	13.249	-
Provisão para perdas de imobilizado	5.724	(5.058)
Investimentos de mercado	76.841	108.370
Operação de descarte de resíduos	(8.285)	-
Outras	(13.415)	7.027
Total de outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	74.114	108.182

32. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Despesas financeiras				
Despesa de juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(57.963)	(113.272)
Despesas com remuneração de Ações Preferenciais Resgatáveis	(39.908)	(44.362)	(13.375)	(44.362)
Despesa de IOF	-	-	(9.261)	(4.042)
Despesa de tarifas bancárias	(52)	(49)	(10.021)	(12.050)
Juros de arrendamento mercantil	-	-	(15.776)	(7.523)
Ajuste a valor presente	-	-	(254.727)	(208.685)
PIS/Cofins sobre receita financeira	(51)	(38)	(6.942)	(14.012)
Variações monetárias passivas	-	-	(120.441)	(48.190)
Variações cambiais passivas	-	-	-	(20.952)
Resultado negativo de SWAP	-	-	(54.285)	(40.133)
Outras despesas financeiras	-	(56)	(39.990)	(21.072)
	(40.011)	(44.505)	(582.781)	(534.293)
Receitas financeiras				
Receitas de juros ativos recebidos	-	-	38.994	30.948
Rendimentos de aplicações financeiras	978	621	64.326	82.921
Rendimentos de aplicação de reinvestimento	-	-	1.790	1.358
Variações monetárias ativas	-	-	22.364	-
Variações cambiais ativas	-	-	-	16.459
Descontos obtidos	-	-	131	105
Resultado positivo de SWAP	-	-	63.399	-
Adicional financeiro	-	-	34.371	33.601
Créditos da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS – juros	-	-	15.086	49.384
Outras receitas financeiras	118	194	23.367	10.990
	1.096	815	263.828	225.766
Total do resultado financeiro	(38.915)	(43.690)	(318.953)	(308.527)

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

33. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas do setor. Para cobrir eventuais sinistros as coberturas de seguros estão resumidas a seguir:

Coberturas	31/12/2023	31/12/2022
Empresarial (a)	469.026	691.681
Responsabilidade civil geral (b)	15.698	15.000
Transportes de cargas (c)	3.500	3.500
Danos materiais e corporais	15.698	15.000
Responsabilidade civil para administradores	50.000	50.000
Lucros cessantes	223.000	180.667
Riscos diversos	87.131	94.814
	864.053	1.050.662

(a) Visa cobrir riscos com bens do ativo imobilizado, incêndio, raio, explosão, danos elétricos e furtos qualificados.

(b) Visa cobrir quantias pelas quais vier a ser responsabilizada civilmente, em sentença judicial transitada em julgado

(c) Cobertura de danos eventualmente causados por mercadorias transportadas e por produtos próprios ingeridos por consumidores.

A Companhia e suas controladas não preveem quaisquer dificuldades para renovar nenhuma das apólices de seguro e acredita que a cobertura seja razoável em termos de valor e compatível com os padrões do setor no Brasil.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo do exame de demonstrações contábeis e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

34. Outros assuntos

Decisão do Supremo Tribunal Federal ("STF") sobre "coisa julgada" em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023, o Plenário do STF concluiu e finalizou o julgamento dos Temas 881 e 885, decidindo, por unanimidade, que uma decisão definitiva, a chamada "coisa julgada", sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde automaticamente os efeitos das decisões transitadas em julgado caso exista pronunciamento divergente e contrário, quando ocorrer em controle concentrado ou sob regime de repercussão geral.

A Companhia e suas controladas avaliaram os efeitos reflexos dessa decisão e não identificaram processos judiciais impactados pela referida decisão da Suprema Corte por não possuir decisões judiciais que resultem na supressão de seus tributos, cuja matéria tenha sido, posteriormente, julgada em sentido contrário pela Suprema Corte em ação de controle concentrado ou sob regime de repercussão geral. Adicionalmente, a Companhia entende que a decisão não possui aplicação direta ou reflexa à Solar Bebidas S.A. ou às suas controladas para a data base de 31 de dezembro de 2023 e continua monitorando a evolução do assunto.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

34. Outros assuntos--Continuação

Reforma tributária

A Câmara dos Deputados aprovou a PEC da Reforma Tributária em dois turnos. Ela visa simplificar o atual sistema brasileiro e transformar cinco impostos em apenas dois: um calculado sobre o Valor Adicionado (IVA) e outro que seria o imposto seletivo (IS). Por 375 votos a favor, 113 contra e 3 abstenções, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 45/2019 foi aprovada no segundo turno em 7 de julho de 2023, e no momento está pendente de análise e votação no Senado Federal.

A PEC 45/2019 apresenta uma profunda alteração no sistema constitucional tributário e reorganiza os tributos que incidem sobre o consumo que são relacionados a bens materiais e imateriais, bem como serviços em sentido amplo.

Até o momento não houve discussão sobre o texto da lei complementar que deve discorrer sobre alíquotas e regras mais específicas relacionadas ao IVA (imposto sobre valor agregado) e IS (imposto seletivo). Sendo assim, até o presente momento, as alterações não representam impactos contábeis a serem reconhecidos pela Companhia, que seguirá monitorando as discussões e impactos.

Medida Provisória nº 1.185 - Reflexo tributário das Subvenções para Investimento

Em 31 de agosto de 2023, o Governo Federal publicou a Medida Provisória ("MP") nº 1.185 no Diário Oficial da União, revogando o artigo 30 da Lei Federal nº 12.973/2014 e trazendo assim novas regras envolvendo as subvenções governamentais.

A MP em questão trouxe uma série de mudanças e requerimentos que precisam ser atendidos para que sejam tomados os créditos tributários relacionados as subvenções e deve produzir efeitos a partir de 1º de janeiro de 2024.

A Companhia e suas controladas estão avaliando os impactos tributários da MP sobre suas subvenções concedidas.
